



Companhia de Seguros Aliança da Bahia
Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	9
Parecer dos atuários independentes	13
Balancos patrimoniais	16
Demonstrações de resultados	18
Demonstrações dos resultados abrangentes	19
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstrações dos fluxos de caixa	21
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	22
Parecer do Conselho Fiscal	84

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

Relatório da Administração

Submetemos as demonstrações financeiras anuais da Companhia de Seguros Aliança da Bahia (“Companhia” ou “ALBA Seguradora”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

No exercício de 2024, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 32.151 mil, evolução de 29,54% em relação ao reportado ao exercício de 2023. O valor patrimonial da ação em 31/12/2024 ficou avaliado em R\$ 32,79 (R\$ 28,29 em 31/12/2023), representando um aumento de 15,90% em relação ao exercício anterior. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido inicial foi de 14,79% (13,07%, em 31/12/2023) e o lucro por ação R\$ 4,19 (R\$ 3,23, em 31/12/2023).

Com base no lucro líquido do exercício e após ajustes decorrentes da prescrição de dividendos declarados em exercícios anteriores no total de R\$ 491 mil, da realização da reserva de reavaliação no valor de R\$ 1.177 mil, de R\$ 1.085 mil da realização dos ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, resultou no montante de lucro líquido ajustado de R\$ 34.904 mil, para o qual propomos a seguinte destinação: constituição da reserva legal de 5% no montante de R\$ 1.608 mil, constituição da reserva de lucros a realizar de 25% no valor de R\$ 8.324 mil; e retenção de lucros R\$ 24.972 mil, conforme orçamento de capital.

O montante retido será destinado à Reserva de Margem Operacional e Reforço de Capital, cuja finalidade será (i) reforçar a margem de solvência regulatória e demais requisitos normativos de capital e liquidez, de modo compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia; (ii) suportar despesas operacionais e investimentos da Companhia em atividades relacionadas ao seu objeto social, tais como investimentos em tecnologia, projetos, aquisições e novos negócios; (iii) reforçar o capital de giro da Companhia, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iv) quando condizente com a situação financeira da Companhia, suportar o pagamento de dividendos aos acionistas.

Política de reinvestimento - A Companhia vem reinvestindo parte dos resultados auferidos, com o lançamento e implantação de novos produtos, e a necessidade de atendimento às exigências regulatórias.

Sumário Executivo - Destaques 2024

Processo de incorporação de ações - Em 19 de janeiro de 2024, a Companhia se tornou Subsidiária Integral da ALBA Participação em Seguradoras Ltda., em razão (i) da consumação da incorporação da totalidade das ações de emissão da ALBA Seguradora pela Companhia de Participações Aliança da Bahia (“Cia Participações”), nos termos do artigo

252 da Lei das S.A. e do Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão da ALBA Seguradora pela Cia Participações, celebrado em 23 de novembro de 2023; e da subsequente (ii) contribuição, pela Cia Participações, ao capital da ALBA Participação em Seguradoras Ltda., da totalidade das ações de emissão da ALBA Seguradora, por meio de aumento de capital inteiramente subscrito e integralizado pela Cia Participações.

Em 22 de janeiro de 2024 foi deliberado através de Assembleia Geral Extraordinária o cancelamento do registro de companhia aberta, na categoria A, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e o cancelamento de admissão à negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia bem como sobre o cancelamento de listagem da Companhia perante a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), nos termos do Capítulo VI do Regulamento de Emissores, expedido pela B3.

Aumento de capital - Por meio da Portaria SUSEP/CGRAJ nº 2.182, em 02 de setembro de 2024 a SUSEP aprovou o aumento do capital social, no valor de R\$ 43.951, por meio da capitalização de parte do saldo registrado na conta de reserva de lucros elevando o capital social para R\$ 143.951, correspondente a 7.678.632 ações.

Dividendos pagos - Em 28 de março de 2024, foi aprovada pela Assembleia geral ordinária a distribuição de dividendos no valor de R\$ 7.393 mil, referente ao exercício de 2023. O montante foi pago em 28 de maio de 2024.

Dividendos recebidos - Em 2024 a Companhia recebeu da Coligada Brasilcap R\$ 41.609 mil, sendo R\$ 30.421 mil em 07 de fevereiro de 2024 referente aos dividendos mínimos obrigatórios e adicionais, apurados nas demonstrações financeiras do exercício de 2023 e R\$ 11.188 mil em 08 de agosto de 2024 referente a dividendos intermediários equivalente a 50% do lucro líquido do 1º semestre de 2024 da Coligada.

Baixa da subsidiária integral no Uruguai - O processo de liquidação voluntária da subsidiária integral no Uruguai denominada Compañía de Seguros Alianza da Bahia Uruguay S.A. (“Compañía Uruguay”) foi finalizado em 06 de maio de 2024, com extinção e baixa do investimento no terceiro trimestre de 2024.

Aplicações financeiras - Em abril de 2024, a Companhia vendeu a totalidade dos títulos de renda variável no valor de R\$ 2.598 mil, obtendo um ganho na operação de R\$ 1.085 mil, mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Imóveis destinados a renda - Para fins de renovação do imóvel e locação a terceiros, a Companhia investiu o valor de R\$ R\$ 8.913 mil na realização de obra de *Retrofit* com atualização das estruturas prediais, adequação de layouts e renovação dos sistemas de instalações e segurança da edificação. A Companhia aderiu ao programa de incentivo previsto na Lei nº 9.767/2023, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 38.305/2024, visando obter um crédito de 50% sobre o valor investido em obras de edificação, restauração ou reforma na modalidade *retrofit*. Esse crédito pode ser compensado com tributos como ITIV, IPTU, TRSD e TFF, sendo, no entanto, sujeito à validação do órgão competente para liberação. O processo de solicitação do habite-se (nº 2.844/2024) já foi protocolado junto ao órgão competente, e a vistoria do AVCB foi realizada pelo Corpo de Bombeiros, estando a expedição do documento pendente para finalizar o trâmite e dar andamento à conclusão da obra.

Conjuntura Econômica do Setor de Seguros

Até dezembro de 2024, observou-se evolução de 12,4% em relação ao ano anterior, com R\$ 436 bilhões arrecadados em prêmios de seguros, contribuições de previdência e faturamento com títulos de Capitalização. Em dezembro, o volume arrecadado, de R\$ 41 bilhões, foi 10,8% superior ao mesmo mês do ano anterior. Fonte: Site SES da SUSEP (Painel de inteligência do Mercado de Seguros, atualizado em 19 de fevereiro de 2025).

Desempenho operacional

A Companhia que tem 155 anos de existência, reconhecida como uma das seguradoras mais antigas do Brasil e profundo conhecimento da região Nordeste, segue em expansão das operações, iniciando a comercialização de seguros no segmento de Riscos Diversos Equipamentos (RD Equipamentos), em parceria com as empresas especializadas Arca e MGA (*Managing General Agents*), no terceiro trimestre de 2024.

A ALBA Seguradora seleciona as instituições financeiras para a aplicação de seus recursos por meio de assessoria especializada, investindo no mercado brasileiro com uma abordagem prudente no gerenciamento do portfólio de suas aplicações. Seu principal objetivo é assegurar a proteção do capital, garantir uma remuneração adequada, cobrir as provisões técnicas e manter uma margem de solvência.

Os Prêmios emitidos líquidos totalizaram R\$ 39.093 mil, um aumento de 287,85%, comparado com o mesmo período do ano anterior. Com a retomada das operações, este resultado demonstra o desempenho alcançado com: (i) contratos assinados de representação (canal de parceria) para venda de produtos de Seguro Garantia Estendida e Acidentes Pessoais e acordo de estipulação de seguros de pessoas com migração da carteira com mais de 25.000 segurados, e (ii) o início da comercialização de seguros de Riscos Diversos Equipamentos.

Os Prêmios ganhos totalizaram R\$ 27.580 mil, um aumento de 4.739% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento decorre, principalmente, dos segmentos de Vida em Grupo, Acidentes Pessoais, Garantia Estendida e Riscos diversos, cujos prêmios acompanham as vigências dos riscos. O resultado também foi impactado pela variação positiva da provisão complementar de cobertura em R\$ 872 mil, devido à saída significativa de segurados da carteira antiga da Companhia, além do efeito da Estrutura a Termo das Taxas de Juros Estimada (ETTJ) no ajuste da provisão.

As despesas diretamente relacionadas ao valor do prêmio comercial, correspondem a R\$ 16.725 mil, mas em função da vigência dos respectivos riscos, houve o reconhecimento do diferimento dos custos atrelados aos riscos futuros dos prêmios emitidos, no valor de R\$ 4.058 mil.

Os sinistros ocorridos com os efeitos de resseguro, entre novas estimativas, reavaliações e acordos relacionados aos sinistros judiciais, a Companhia obteve uma receita no valor total de R\$ 1.639 mil contra uma despesa de R\$ 41 mil no mesmo período do ano anterior.

Os resseguros sobre os prêmios cedidos, com a retomada das operações e novos contratos firmados com resseguradoras, a Companhia apresentou um aumento em prêmios cedidos aos riscos assumidos, e reconheceu uma despesa de R\$ 6.159 mil contra R\$ 1.111 mil no mesmo período anterior.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 38.661 mil, um crescimento de 28,50%, comparado com o mesmo período do ano anterior, representado basicamente pelo aumento de despesas com pessoal próprio no valor de R\$ 5.540 mil para adequação às necessidades da nova estrutura operacional, R\$ 1.834 mil com serviços de terceiros, basicamente relacionadas às licenças dos novos sistemas, R\$ 1.351 mil com depreciações de bens de uso próprio e amortizações.

Os investimentos em participações societárias atingiram um resultado positivo no valor de R\$ 44.308 mil, crescimento de 0,91% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Ganho com ativos não correntes, no exercício de 2024 obteve resultados sobre as vendas dos imóveis de R\$ 11.743 mil (R\$ 7.306 mil, no mesmo período do ano anterior). Adicionalmente, a Companhia reconheceu crédito da CSLL no valor de R\$ 3.329 mil, habilitado pela Receita Federal do Brasil (RFB) para compensação com qualquer tributo administrado pela mesma, incluindo as contribuições previdenciárias (INSS).

As principais informações referentes aos ramos operados pela Companhia, nos exercícios 31 de dezembro de 2024 e de 2023, refletiram-se no resultado conforme demonstrado na nota explicativa nº 31.

Sustentabilidade

A ALBA Seguradora segue avançando em sua jornada de sustentabilidade e gestão de riscos, consolidando práticas alinhadas às exigências regulatórias e às tendências do setor. Em 2024, a Companhia deu mais um passo importante nesse caminho, aprofundando a integração dos riscos de sustentabilidade à sua governança e gestão, em conformidade com a Circular SUSEP nº 666/22.

Com o suporte de uma consultoria especializada, intensificou sua atuação na gestão de riscos, incorporando novas abordagens estratégicas e ampliando sua visão sobre sustentabilidade no setor de seguros. Além disso, reforçou suas iniciativas ambientais, mantendo o compromisso com a neutralização de emissões de GEE. O resultado desse trabalho foi expressivo: 34,260 toneladas de CO₂eq foram compensadas, e 35 créditos de carbono certificados pela VERRA foram aposentados.

O compromisso da Companhia com a responsabilidade corporativa também se traduziu na adesão ao Pacto Global da ONU, fortalecendo seu alinhamento com princípios essenciais de governança, direitos humanos, meio ambiente e combate à corrupção.

Mas sustentabilidade e inovação não se limitam a processos internos. A experiência do cliente segue como um dos pilares estratégicos da ALBA Seguradora. Focada na construção de relações de longo prazo, a Companhia busca constantemente oferecer serviços personalizados e um atendimento próximo e eficiente, refletindo seus valores de solidez,

transparência e inovação. Com um portfólio diversificado, se adapta às necessidades de diferentes perfis de clientes, garantindo proteção e segurança com excelência.

Em linha com seu compromisso com a transparência, a Companhia deu início à elaboração de seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, que será publicado em junho de 2025. O documento trará um panorama detalhado das ações, desafios e avanços da ALBA Seguradora em sua trajetória sustentável. Com iniciativas estruturadas e um olhar atento para o futuro, segue evoluindo, aliando inovação, responsabilidade e proximidade com seus clientes e parceiros. O compromisso com a excelência na gestão e a criação de valor para a sociedade continuam sendo a base de sua atuação.

AUDITORIA - Durante o exercício de 2024 a Companhia de Seguros Aliança da Bahia efetuou pagamentos à KPMG Auditores Independentes por serviços exclusivamente de auditoria.

DECLARAÇÃO DE DIRETORIA - A Diretoria declara que reviu, discutiu e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

AGRADECIMENTOS - Manifestamos às autoridades do setor nossa gratidão e alto apreço. Reiteramos, ainda, nossos agradecimentos aos segurados, corretores e demais parceiros pela confiança e consideração que sempre nos dispensaram, assim como aos nossos colaboradores, pelo apoio e empenho contínuos.

Salvador, 27 de fevereiro de 2025.

A ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Silvano Gianni
Presidente

José Renato de Almeida Gonçalves Tourinho
Vice-Presidente

Manoel Eduardo Pedreira Torres
Conselheiro

Rodrigo Accioly
Conselheiro

Diretoria

Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho
Diretor Presidente e Diretor Financeiro

Augusto Cesar Carvalho Kruschewsky
Diretor

Solon Britto Barretto
Diretor

Atuário
Marcelo Pereira - MIBA nº 2.805

Contadora
Ligia Barreto Sales Perrelli Macêdo - CRC-BA 027808/O-0



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia de Seguros Aliança da Bahia
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Aliança da Bahia (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Seguros Aliança da Bahia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os



negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

– Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

– A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 27 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/F-7

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Claudio Costa'.

José Claudio Costa

Contador CRC 1SP167720/O-1



Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Seguros Aliança da Bahia
Salvador – BA

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança da Bahia (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia de Seguros Aliança da Bahia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia de Seguros Aliança da Bahia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.



Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança da Bahia em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Salvador, 27 de fevereiro de 2025.

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400
CEP: 04719-002
São Paulo – SP – Brasil



Anexo I

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores

31/12/2024

Total de provisões técnicas auditadas	107.922
Total de ativos de resseguro	61.698
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	1.647

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas

31/12/2024

Provisões Técnicas auditadas (a)	107.922
Valores redutores auditados (b)	74.158
Total a ser coberto (a-b)	33.764

3. Demonstrativo do Capital Mínimo

31/12/2024

Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	6.871
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	8.100

4. Demonstrativo da Solvência

31/12/2024

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	47.572
Ajustes Econômicos do PLA	0
Exigência de Capital (CMR) (b)	8.100
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	39.472
Ativos Garantidores (d)	43.828
Total a ser Coberto (e)	33.764
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	10.064

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)

31/12/2024

0167; 0173; 0196; 0378; 0520; 0531; 0553; 0621; 0622; 0623; 0628; 0632; 0638; 0652; 0654; 0655; 0656; 0746; 0775; 0776; 1066; 1101; 1102; 1107; 1108; 1164; 1433; 1457; 1535	5
0987;1387	15
0929;1329	20
0116; 0141; 0524; 0969; 1065; 1377; 1390	41
0195; 0351; 0984; 0990; 1384	50
0114; 0977; 0982; 1381	300
0993;1391	350
0171; 1130; 1162	600
0118	1000

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Disponível			
Caixa e bancos		622	1.167
Aplicações	8	62.612	55.457
Créditos das operações com seguros e resseguros		15.388	3.031
Prêmios a receber	9	13.342	2.747
Operações com seguradoras		1	-
Operações com resseguradoras	6k	2.045	284
Outros créditos operacionais	10	854	4.073
Ativos de resseguros - provisões técnicas	6k, 13 e 24	14.230	10.217
Títulos e créditos a receber		3.931	2.050
Títulos e créditos a receber	11	645	918
Créditos tributários e previdenciários	12	3.150	1.040
Outros créditos		136	92
Outros valores e bens		60	1.909
Bens a Venda	6g e 14	60	1.909
Despesas antecipadas		186	73
Custo de aquisição diferidos - seguros	6f,15	5.919	2.161
Total do Ativo Circulante		103.802	80.138
Créditos das operações com resseguros	6k	179	174
Outros créditos operacionais	10	4.171	4.291
Ativos de resseguros - provisões técnicas	6k, 13 e 24	47.468	62.249
Títulos e créditos a receber		106.559	100.445
Títulos e créditos a receber	11	7.407	7.413
Créditos tributários e previdenciários	12	107	955
Depósitos judiciais e fiscais	16	99.045	92.077
Depósitos compulsórios		3.096	2.420
Custo de aquisição diferidos - seguros	6f,15	2.063	1.763
Total do Realizável a Longo Prazo		163.536	171.342
Investimentos		186.539	171.135
Participações societárias	6c e 17	169.661	164.224
Imóveis destinados a renda	6d e 18	16.796	6.829
Outros investimentos	6c e 17	82	82
Imobilizado	6h e 19	2.412	2.708
Imóveis de uso próprio		818	2.103
Bens móveis		1.083	466
Outras imobilizações		511	139
Intangível	6i e 20	17.670	10.239
Total do Ativo Não Circulante		370.157	355.424
Total do Ativo		473.959	435.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Contas a pagar		4.324	12.199
Obrigações a pagar	21	2.084	10.539
Impostos e encargos sociais a recolher		1.370	1.018
Encargos trabalhistas		829	624
Impostos e contribuições		41	18
Débitos de operações com seguros e resseguros		11.748	2.404
Prêmios a restituir		229	55
Operações com resseguradoras	6k	7.584	1.211
Corretores de seguros		3.935	1.138
Depósitos de terceiros		1.799	32
Provisões técnicas - seguros	6l, 24 e 27	30.073	18.882
Danos		26.336	16.968
Pessoas		3.726	1.913
Individual		11	1
Total do Passivo Circulante		47.944	33.517
Obrigações a pagar	21	862	-
Tributos diferidos	6n e 22	1.441	2.336
Débitos de operações com resseguros		3.337	1.930
Provisões técnicas - seguros	6l, 24 e 27	77.849	94.552
Danos		70.460	85.977
Pessoas		7.389	8.575
Outros débitos		90.778	85.979
Provisões judiciais	6o e 23	90.778	85.979
Total do Passivo Não Circulante		174.267	184.797
Patrimônio Líquido	25	251.748	217.248
Capital social		143.951	100.000
Reservas de reavaliação		4.898	6.075
Reservas de lucros		102.916	112.997
Ajustes de avaliação patrimonial		(17)	(1.824)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		473.959	435.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos líquidos		39.093	10.082
Varição das provisões técnicas de prêmios		(11.513)	(6.736)
Prêmios ganhos	31 e 32(i)	27.580	3.346
Sinistros ocorridos	32(i)	15.462	(576)
Custos de aquisição	32(i)	(12.667)	(1.593)
Outras receitas e despesas operacionais	32(i)	(833)	(1.204)
Resultado com resseguro	32(i)	(19.982)	(576)
Receitas com resseguro		(13.823)	535
Despesas com resseguro		(6.159)	(1.111)
Despesas administrativas	32(ii)	(38.661)	(30.086)
Despesas com tributos	32(iii)	(1.765)	(1.279)
Resultado financeiro	32(iv)	5.642	7.191
Resultado patrimonial	32(v)	41.765	42.178
Resultado Operacional		16.541	17.401
Ganhos com ativos não correntes	32(vi)	15.152	7.306
Resultado antes dos impostos		31.693	24.707
Imposto de renda	29	286	52
Contribuição social	29	172	60
Lucro Líquido do Exercício		32.151	24.819
Quantidade de ações		7.678.632	7.680.000
Lucro líquido por ação - em R\$		4,19	3,23

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício	32.151	24.819
Outros resultados abrangentes	4.069	9.074
Itens que não serão reclassificados para o resultado	1.136	(123)
Realização da reserva de reavaliação	1.634	578
Efeito tributário sobre realização da reserva de reavaliação	(457)	(112)
Ativos Financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(56)	(800)
Efeitos tributários do ajuste ao valor de mercado	281	238
Ajuste de conversão de investimento societário no exterior	(370)	(41)
Efeitos tributários do ajuste de conversão	104	14
Itens que podem ser reclassificados subsequentemente para o resultado	2.933	9.197
Ativos Financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes - investidas	4.888	15.328
Efeitos tributários do ajuste ao valor de mercado	(1.955)	(6.131)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	36.220	33.893

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Reserva de Reavaliação		Reserva de Lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido	
	Capital social	Ativos próprios	Ativos de investida	Legal	Retenção de lucros				Lucros a realizar
Saldo em 1 de janeiro de 2023	100.000	5.290	1.199	20.000	58.523	15.294	(10.432)	-	189.874
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	288	288
Ajuste provisório	-	52	-	-	-	-	-	-	52
Realização da reserva de reavaliação (líquida de tributos)	-	(460)	(6)	-	-	-	-	466	-
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	(800)	-	(800)
Efeitos tributários do ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	-	238	-	238
Ativos Financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes - investida	-	-	-	-	-	-	15.328	-	15.328
Efeitos tributários do ajuste ao valor de mercado - investida	-	-	-	-	-	-	(6.131)	-	(6.131)
Ajuste de conversão de investimento societário no exterior	-	-	-	-	-	-	(41)	-	(41)
Efeitos tributários do ajuste de conversão	-	-	-	-	-	-	14	-	14
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	24.819	24.819
Proposta da Destinação do Resultado:									
Dividendo mínimo (nota explicativa nº 25g)	-	-	-	-	-	-	-	(6.393)	(6.393)
Constituição de reserva	-	-	-	-	19.180	-	-	(19.180)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	100.000	4.882	1.193	20.000	77.703	15.294	(1.824)	-	217.248
Saldo em 1 de janeiro de 2024	100.000	4.882	1.193	20.000	77.703	15.294	(1.824)	-	217.248
Dividendos deliberados pela AGO de 28 de março de 2024	-	-	-	-	(1.000)	-	-	-	(1.000)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	491	491
Aumento de capital social - AGO/E de 28/03/2024 - Portaria SUSEP/CGRAJ nº 2.182	43.951	-	-	-	(43.951)	-	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	-	(34)	-	-	-	(34)
Realização da reserva de reavaliação (líquida de tributos)	-	(1.177)	-	-	-	-	-	1.177	-
Ativos Financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(1.194)	1.138	(56)
Efeitos tributários do ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	-	334	(53)	281
Ativos Financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes - investida	-	-	-	-	-	-	4.888	-	4.888
Efeitos tributários do ajuste ao valor de mercado - investida	-	-	-	-	-	-	(1.955)	-	(1.955)
Ajuste de conversão de investimento societário no exterior	-	-	-	-	-	-	(370)	-	(370)
Efeitos tributários do ajuste de conversão	-	-	-	-	-	-	104	-	104
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	32.151	32.151
Proposta da Destinação do Resultado:									
Constituição de reservas	-	-	-	1.608	24.972	8.324	-	(34.904)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	143.951	3.705	1.193	21.608	57.690	23.618	(17)	-	251.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do período	32.151	24.819
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	3.112	1.679
Ganho/(Perda) por redução ao valor recuperável dos ativos	133	(39)
Ganho na alienação de investimento e imobilizado	(11.823)	(7.306)
Resultado de equivalência patrimonial	(44.308)	(43.909)
Varição das provisões técnicas de prêmios não ganhos	12.385	6.445
Varição dos custos de aquisição diferidos	(4.058)	(3.924)
Rendimento com aplicações financeiras	(7.092)	(5.781)
Despesas com atualização e juros de provisões técnicas (liquidas)	1.943	1.962
Despesas com atualização monetária de provisões judiciais e outros	5.080	4.572
Receita com atualização monetária de depósitos judiciais e outros	(4.864)	(4.779)
Receita com créditos fiscais e previdenciários	-	(94)
Provisões trabalhistas e cíveis	81	(257)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(458)	(112)
Varição das contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(119)	(3.170)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(12.172)	(2.826)
Outros créditos operacionais	3.340	2.503
Ativos de resseguros	14.737	3.600
Créditos fiscais e previdenciários	(3.247)	977
Depósitos judiciais e fiscais	(2.712)	(775)
Despesas antecipadas	(114)	(73)
Títulos e créditos a receber	(457)	(21)
Outros ativos	(43)	214
Impostos e contribuições	2.362	200
Outras contas a pagar	(486)	2.927
Débitos de operações com seguros e resseguros	10.510	2.023
Depósitos de terceiros	1.767	3
Provisões técnicas - seguros	(24.133)	(5.269)
Provisões judiciais	978	404
Caixa consumido pelas atividades operações	(27.507)	(26.007)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(1.479)	(156)
Benfeitorias em imóveis destinados a renda	(8.833)	-
Aquisição de intangível	(9.915)	(6.023)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	41.609	36.632
Alienação de imobilizado	80	-
Alienação de investimentos	12.944	1.204
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	34.406	31.657
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(7.411)	(4.695)
Recompra de ações tesouraria	(33)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(7.444)	(4.695)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(545)	955
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.167	212
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	622	1.167
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(545)	955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto a quantidade de ações)

1. Contexto operacional

A Companhia de Seguros Aliança da Bahia (“Companhia” ou “ALBA Seguradora”), constituída em 1870, tem por objetivo social operações nos segmentos de seguros de vida, de danos e pessoas. Atualmente a Companhia opera com os ramos de acidentes pessoais coletivo, vida em grupo, vida individual, acidentes pessoais individual, residencial, compreensivo empresarial, riscos diversos e garantia estendida.

Em atendimento à resolução CNSP nº 388, de 08 de setembro de 2020, e alterações posteriores, a Companhia está enquadrada no segmento 3 (“S3”), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

A Companhia, além da matriz em Salvador, opera com a sucursal em São Paulo.

Dentre as atividades realizadas pela Companhia, figuram a participação na Brasilcap Capitalização S.A. (“Brasilcap”) referência no mercado de capitalização e outras participações conforme nota explicativa nº 17, bem como investimentos em operações imobiliárias conforme nota explicativa nº 18.

▪ Reorganização Societária

Em 19 de janeiro de 2024, a Companhia se tornou Subsidiária Integral da ALBA Participação em Seguradoras Ltda., em razão (i) da consumação da incorporação da totalidade das ações de emissão da ALBA Seguradora pela Companhia de Participações Aliança da Bahia (“Cia Participações” ou “Aliança Participações”), nos termos do artigo 252 da Lei das S.A. e do Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão da ALBA Seguradora pela Cia Participações, celebrado em 23 de novembro de 2023; e da subsequente (ii) contribuição, pela Cia Participações, ao capital da ALBA Participação em Seguradoras Ltda., da totalidade das ações de emissão da ALBA Seguradora, por meio de aumento de capital inteiramente subscrito e integralizado pela Cia Participações.

Em 22 de janeiro de 2024 foi deliberado através de Assembleia Geral Extraordinária o cancelamento do registro de companhia aberta, na categoria A, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e o cancelamento de admissão à negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como sobre o cancelamento de listagem da Companhia perante a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), nos termos do Capítulo VI do Regulamento de Emissores, expedido pela B3.

▪ Baixa da Subsidiária Integral

O processo de liquidação voluntária da subsidiária integral no Uruguai denominada Compañía de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. (“Compañía Uruguay”) foi finalizado em 06 de maio de 2024, com extinção e baixa do investimento no terceiro trimestre de 2024.

▪ Retomada das Operações da Companhia

Em continuidade ao projeto de revitalização das operações de seguros da Companhia, iniciado conforme informado no Fato Relevante de 23 de fevereiro de 2022, destacamos as principais realizações de 2024, alinhadas à estratégia de retomada e expansão:

Lançamento de Novas Operações:

No terceiro trimestre de 2024, a Companhia iniciou a comercialização de seguros no segmento de Riscos Diversos Equipamentos (RD Equipamentos), em parceria com as empresas especializadas Arca e MGA (*Managing General Agents*).

Consolidação das Operações Existentes:

Ampliação e fortalecimento das vendas iniciadas em 2023, que incluem os seguros Garantia Estendida, Acidentes Pessoais Individual Premiável, Vida em Grupo, Vida Individual, Compreensivo Residencial e Empresarial, prestamista, acidentes pessoais coletivo e demais ramos de riscos diversos.

Ampliação dos serviços de assistência oferecidos aos segurados, como telemedicina, orientação médica, descontos em medicamentos, assistência PET, entre outros, em parceria com empresas especializadas.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

As divulgações estão de acordo com modelos de publicação estabelecidos pela Circular nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores. A partir de 3 de janeiro de 2022, entrou em vigor a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP Nº 432, atualizada pela Resolução - CNSP 448 de 10 de outubro de 2022 e pelo CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foi concedida pela Diretoria da Companhia em 27 de fevereiro de 2025.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram analisadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2025.

Detalhes sobre as práticas contábeis, estão apresentadas nas notas explicativas nº 4 e 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A moeda funcional e de apresentação é o real (R\$), sendo os valores das demonstrações financeiras expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utiliza julgamentos e estimativas que afetam os saldos dos ativos e passivos relevantes, com riscos significativos. Essas estimativas e premissas são analisadas continuamente, no mínimo anualmente, e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As revisões realizadas são reconhecidas no exercício em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos, tais como:

- Nota explicativa nº 9 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais;
- Nota explicativa nº 23 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
- Nota explicativa nº 24 - reconhecimento e mensuração de provisões técnicas de seguros.

(ii) Mensuração ao valor justo

A Companhia revisa regularmente os dados não observáveis significativos e os ajustes de avaliação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, utiliza dados observáveis de mercado sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia, com base nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação, conforme descrito a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível 2: Inputs que não incluem os preços cotados do Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente (derivados de preços);
Nível 3: Inputs que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A ALBA Seguradora reconhece as transferências entre os níveis da hierarquia do valor justo quando as mudanças ocorrem, com base na data de cada período das demonstrações financeiras.

Caso os dados utilizados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo pertençam a diferentes níveis da hierarquia, a mensuração será classificada no nível mais baixo que seja significativo para toda a medição.

São registradas a valor justo:

- Nota Explicativa nº 8 - Aplicações financeiras;
- Nota Explicativa nº 24 - Provisões técnicas, mensuradas de acordo com determinação da SUSEP; e
- Nota Explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros.

5. Novas normas e interpretações

(i) Adotadas

Principais alterações da Circular SUSEP nº 678

A Circular SUSEP 678 alterou a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, enquanto a Resolução CNSP nº 448 alterou a Resolução CNSP nº 432, de 12 de janeiro de 2021.

▪ **Adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis colocou esta norma em vigor em 1º de janeiro de 2019, referendada pela SUSEP para início em 2024. Como regra geral, a entidade deve avaliar se o risco de crédito de cada ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial em cada data de balanço.

As principais alterações relacionadas à adoção do CPC 48 estão relacionadas à reclassificação e remensuração dos nossos ativos financeiros. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

A Companhia adotou a norma e, após a avaliação, identificou uma redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos. No entanto, o efeito foi imaterial para as demonstrações financeiras.

▪ **Redução ao valor recuperável em relação à itens específicos do mercado de seguros -** A nova regulamentação estabelece critérios para a constituição da redução ao valor recuperável aplicável a prêmios a receber e contas do ativo cuja contraparte seja um ressegurador ou retrocessionário.

Para prêmios a receber, a redução deve ser constituída com base na experiência histórica de perda de agrupamentos de prêmios a receber, considerando exclusivamente riscos decorridos, ou, alternativamente, pela análise do risco de inadimplência do crédito, quando essa abordagem for mais adequada à operação.

No caso de resseguradores ou retrocessionários, o cálculo deve considerar o risco de inadimplência individual de cada contraparte, com base no histórico de perdas, na análise prospectiva da capacidade de pagamento e em possíveis divergências ou litígios sobre a cobertura do contrato, que possam resultar em valores a receber inferiores ao inicialmente contabilizado.

▪ **Alterações no TAP -** A Circular trouxe mudanças no Teste de Adequação de Passivos (TAP), eliminando a compensação da insuficiência pela "mais valia" e exigindo a constituição da

Provisão Complementar de Cobertura (PCC) sempre que houver insuficiência. A contrapartida dependerá da origem: insuficiências por risco impactam o resultado, enquanto as decorrentes de taxa de juros podem ser reconhecidas no resultado ou em outros resultados abrangentes.

As mudanças podem ser aplicadas prospectivamente, sem necessidade de ajustes retroativos, impactando diretamente o Patrimônio Líquido. Além disso, foram revisadas as nomenclaturas e conceitos das provisões técnicas, incluindo a segregação da Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) e ajustes na Provisão para Valores a Regularizar (PVR).

(ii) Ainda não efetivas

Novas normas e pronunciamento que ainda não estão em vigor

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras** - Esta norma o substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e oferecerá aos investidores informações mais transparentes e comparáveis sobre o desempenho financeiro das empresas. Entrará em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, contudo ainda não foram referendadas pela SUSEP.
- **NBC TDS01 e NBC TDS02 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima** - As normas exigem a divulgação de informações sobre os riscos e oportunidades relacionadas à sustentabilidade e mudanças climáticas. Estas normas entram em vigor em 1º de novembro de 2024, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026, contudo ainda não foram referendadas pela SUSEP.
- **Emenda Constitucional nº 132 de 20 de dezembro de 2023 - Reforma Tributária** - Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que estabelece as diretrizes para a reforma tributária no Brasil. O principal efeito dessa mudança é a criação do IVA dual, composto por dois novos tributos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência exclusiva da União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cuja competência será compartilhada entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. O IBS substituirá cinco impostos atuais: PIS, COFINS, ICMS, IPI e ISS. Atualmente, o Projeto de Lei Complementar (PL) 68/2024, que regulamentará tanto o CBS quanto o IBS, encontra-se em fase de sanção pelo Poder Executivo.

Pronunciamentos emitidos não referendados pela SUSEP

- **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro** - Entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.
- **CPC 50 - Contratos de Seguros** - Esta norma estabelece os princípios para reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros, vigorando a partir de 1º de janeiro de 2023.

Efeito da Lei nº 14.905

A Lei nº 14.905, promulgada em setembro de 2024, altera o Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), revisando os critérios para a atualização monetária e os juros de mora. O objetivo é atualizar as normas sobre a correção de valores em contratos e obrigações, impactando negociações de dívidas e contratos nos âmbitos civil, comercial e tributário. A princípio, a Companhia não prevê impacto da nova disposição no provisionamento e nas contingências, uma vez que os processos atualmente em curso estão sujeitos a índices específicos para cada modalidade. A “taxa legal” instituída pela Lei 14.905/2024 será aplicável apenas na hipótese de ausência de um índice definido, seja nos contratos, seja nas decisões judiciais.

6. Práticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais” em vez de “significativas”. Esta alteração não teve impacto no resultado da Companhia, mas afetou as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera os seguintes principais aspectos:

Prêmios de Seguros com emissão de apólice e Comissões - Os prêmios e comissões são apropriados ao resultado pela emissão das respectivas apólices. São deduzidos os cancelamentos e restituições, e diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices, quando aplicável.

Os juros cobrados do segurado, em caso de prêmios pagos a prazo são denominados como adicional de fracionamento e são apropriados ao resultado financeiro ao longo do prazo de parcelamento acordado, quando aplicável.

Prêmios de Seguros com Riscos Vigentes sem emissão de apólice e Comissões - São reconhecidos com base em dados atuariais. Esses dados consideram o comportamento histórico das emissões em atraso.

Despesas de resseguro cedido - São reconhecidas de acordo com o respectivo prêmio de seguro, sendo eles: (i) proporcional: as despesas são reconhecidas simultaneamente o prêmio de seguro; e (ii) não proporcional: as despesas são reconhecidas de acordo com as condições estabelecidas no contrato de resseguro.

Operações de cosseguros aceitos - As operações de cosseguros aceitos são movimentadas com base nas informações recebidas das companhias seguradoras parceiras (congêneres), que fornecem dados precisos e atualizados sobre as apólices e sinistros. Essas movimentações são essenciais para o gerenciamento eficaz dos riscos e a

prestação de serviços de seguros de alta qualidade. A Companhia não possui novas operações nesse segmento, mantendo apenas movimentações de sinistros da carteira em *run-off*.

Retrocessões - O resultado de retrocessões, decorrente de indenizações e provisões técnicas, é apropriado trimestralmente, com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A., atualizados monetariamente, quando aplicável. Os valores de retrocessões correspondem às transações residuais de participação obrigatória, não estando a Companhia operando pelas condições facultativas.

b) Classificação dos Ativos e Passivos

A Companhia classifica no circulante, seus ativos e passivos na expectativa que sejam realizados em até 12 meses após a data do balanço ou se forem mantidos para negociação.

Os ativos financeiros atrelados a títulos de renda fixa são mensurados a valor justo por meio do resultado e estão classificados no ativo circulante.

Os impostos diferidos ativos (passivos) são classificados como ativos não circulantes (passivos não circulantes).

As provisões técnicas e respectiva parte do ressegurador são classificadas conforme seu perfil de liquidação. Se judicial, pela incerteza do prazo de realização, estão classificados como não circulante.

c) Investimentos em participações societárias

As participações societárias em controlada, coligada e investida sob controle comum são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, para fins das demonstrações financeiras. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido das investidas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os demais investimentos, representados por outras participações societárias, são contabilizados pelo custo de aquisição, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

d) Imóveis destinados a renda

Neste grupo estão classificados os imóveis urbanos não destinados ao uso próprio, demonstrados ao custo de aquisição deduzidos de depreciações e perdas considerando a última reavaliação, em 2006.

As propriedades para investimentos que forem arrendadas obedecerão às regras do CPC 06 (R2), já em vigor.

Um item do grupo de investimentos é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo. Ganhos e perdas na alienação de

uma propriedade para investimentos (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

A composição detalhada do grupo de investimentos consta da nota explicativa nº 18.

e) Redução ao valor recuperável (RVR)

A Companhia reconhece provisões para perdas de crédito esperadas quando há risco associado aos seus instrumentos financeiros, conforme o CPC 48 - 'Instrumentos Financeiros'. A provisão é ajustada com base nas características de cada negócio e nas expectativas de perda.

A análise da inadimplência dos clientes é fundamental para estimar possíveis perdas, sendo conduzida de forma equilibrada, sem esforços excessivos para identificar todas as perdas potenciais. Revisões periódicas são realizadas para monitorar o risco de crédito e, caso necessário, a base de cálculo é atualizada. O reconhecimento segue os princípios do CPC 48, considerando histórico de inadimplência, condições econômicas e a situação financeira dos clientes.

▪ Ativos Financeiros

Mensuração da Provisão para Perda: A provisão para perdas é mensurada com base na perda de crédito esperada, considerando dois prazos: a vida inteira do instrumento (para a maioria dos casos) e 12 meses para títulos de dívida com baixo risco de crédito ou outros títulos de dívida.

Critérios para Avaliação do Risco de Crédito: O risco de crédito é considerado aumentado se o ativo estiver com mais de 30 dias de atraso. Um ativo é considerado inadimplente se estiver vencido há mais de 90 dias ou se for considerado improvável que o devedor pague integralmente suas obrigações.

Estimativa de Perdas de Crédito Esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas, mensuradas a valor presente com base nas insuficiências de caixa e descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

▪ Ativos não financeiros

A Companhia realiza uma avaliação periódica para identificar sinais de perda no valor recuperável (desvalorização), conforme estabelecido pelo CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". Caso existam indicações de que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) exceda seu valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável com base no maior valor entre o valor justo líquido de custos de venda e o valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado, quando aplicável, e a revisão dos ativos é realizada com base em fatores como mudanças nas condições de mercado e desempenho financeiro dos ativos.

▪ Redução ao valor recuperável de prêmios a receber

Em conformidade com a Circular SUSEP nº 678/2021, a ALBA Seguradora adota a metodologia de redução ao valor recuperável para os prêmios a receber, conforme as diretrizes contábeis estabelecidas pela SUSEP. A RVR é calculada tanto para os ativos quanto para os passivos relacionados aos prêmios emitidos, com o ajuste no valor de realização dos prêmios brutos das cessões de resseguro/cosseguo.

A ALBA Seguradora possui uma carteira de clientes predominantemente vinculada a contratos com parceiros que não apresentam evidências de inadimplência. As distorções observadas nos prêmios a receber estão relacionadas ao fluxo de baixa financeira das parcelas, e não a índices de inadimplência.

A avaliação da RVR dos prêmios a receber é realizada por meio da análise do risco de inadimplência, com base na atualização periódica dos dados e considerando as características do negócio e dos recebimentos. A Companhia segregou as parcelas vencidas e a vencer, mantendo a base de dados atualizada com informações dos últimos 12 meses, o que permite uma análise contínua da carteira de prêmios. Para estimar a probabilidade de perda, a Companhia utiliza a média dos últimos 12 meses por faixa de *aging*, ponderando o fator de perda e aplicando os percentuais calculados sobre os prêmios pendentes de recebimento.

Aging	Danos	Pessoas	Individual
Parcelas a vencer	2,46%	2,77%	5,70%
Parcelas vencidas			
0 a 30 dias	4,00%	2,08%	7,76%
31 a 60 dias	0,17%	0,38%	0,11%
61 a 90 dias	0,00%	0,01%	0,01%
91 a 120 dias	0,00%	0,17%	0,18%
121 a 150 dias	0,22%	18,67%	17,12%
151 a 365 dias	41,67%	88,11%	84,46%
Acima de 366 dias	100,00%	100,00%	100,00%

▪ **Redução ao valor recuperável de contas de ativo de resseguro**

A ALBA Seguradora aplica a redução ao valor recuperável sobre os créditos com o ressegurador relacionados a sinistros e despesas liquidadas, com o objetivo de refletir a possibilidade de não recebimento dos valores esperados da contraparte. A constituição da RVR também considera as estimativas de liquidação dos sinistros avisados e despesas relacionadas, administrativos e judiciais, em conformidade com as diretrizes contábeis e regulatórias estabelecidas pela SUSEP.

A Companhia avalia o risco de crédito com base em diversos fatores, como a situação financeira do ressegurador, seu histórico de cumprimento das obrigações e as condições econômicas gerais. A avaliação é fundamentada no histórico de perdas de recuperação

e, quando evidências de perdas são identificadas, a RVR é reconhecida imediatamente no resultado.

A metodologia utilizada para a constituição da RVR é revisada periodicamente, ou sempre que houver necessidade, de acordo com a data de reporte. Para calcular a base dos ativos de resseguro, a Companhia considera todos os sinistros avisados, incluindo as despesas relacionadas e respectivas provisões atuariais, deduzindo os valores recebidos do ressegurador referente aos depósitos dos sinistros judiciais e o valor total da provisão de prêmios não ganhos que não foram recebidos.

A Companhia aplica percentuais de perdas esperadas, levando em conta a probabilidade de inadimplência, um fluxo de caixa descontado, o histórico de inadimplência e as condições do mercado de resseguros. Além disso, são observados os critérios de *rating* exigidos para a seleção dos resseguradores, conforme as exigências regulatórias.

Quando necessário, a RVR é registrada em uma conta retificadora, ajustando o valor dos créditos a receber do ressegurador. Esse ajuste é refletido no ativo da Companhia, com contrapartida em Outras Despesas Operacionais, conforme as exigências contábeis da SUSEP.

f) Custos de aquisição diferidos (CAD)

Referem-se as despesas diretamente relacionadas ao valor do prêmio comercial e são diferidas individualmente de acordo com a vigência do respectivo risco, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

g) Bens a Venda - Ativo Não Circulante Mantido para Venda

Os imóveis urbanos não destinados ao uso próprio, são classificados mantidos para venda quando são colocados efetivamente para venda imediata em suas condições atuais, que se encontram sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros e que seja altamente provável durante 12 meses para sua realização. São mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor justo subtraído das despesas de venda.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição e são demonstrados líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se aplicável. Os imóveis (terrenos e edificações) foram reavaliados a preços de mercado em dezembro de 2006.

A depreciação é calculada para os itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, pelo método linear, baseado na vida útil estimada dos itens.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A Companhia realiza uma análise periódica para identificar a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) dos itens do ativo imobilizado. Além disso, a Companhia reavalia as taxas de depreciação.

Neste grupo será lançado qualquer operação de arrendamento classificado como Bens de Direito de Uso que estiver enquadrado nas regras do CPC 06 (R2), já em vigor.

A composição detalhada do imobilizado consta da nota explicativa nº 19.

i) Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição e desenvolvimento de softwares e pela aquisição dos direitos de exclusividade dos canais de venda de seguro garantia e de vida. São deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

As amortizações são calculadas pelo método linear à taxa de 20% ao ano. Para os gastos atrelados aos direitos de exclusividade, a amortização segue a vigência prevista nos contratos, que são de 10 anos.

Os demais custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa no resultado, conforme incorridos.

A Companhia mantém registrados os gastos na implementação de novos softwares que estão em andamento, sem amortização.

A composição detalhada do intangível consta da nota explicativa nº 20.

j) Instrumentos Financeiros

A Companhia categoriza seus ativos financeiros com base nas diretrizes da IFRS 9/CPC 48, que estabelecem critérios para classificação com base no modelo de negócios da empresa.

(i) Ativos financeiros - Classificação e Mensuração

A Companhia utiliza o Teste SPPI (*Solely payments of principal and interest*) para classificar os ativos financeiros. Esse teste avalia se o retorno sobre o investimento está relacionado ao valor principal mais os juros, considerando o valor do dinheiro ao longo do tempo.

Os ativos que não atendem aos critérios do Teste SPPI são classificados como valor justo por meio do resultado. Já os ativos que atendem aos critérios são mensurados pelo custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, dependendo da estratégia de gestão da empresa.

Os ativos financeiros são classificados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR).

▪ **Mensurados pelo custo amortizado:** Ativos gerenciados com objetivo de recebimento de fluxos de caixa contratuais, constituído apenas por principal e juros, e, quando aplicável, são reduzidos por perdas ao valor recuperável. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, efetuando-se a atualização monetária, quando aplicável, menos perda por redução ao valor recuperável.

Nesta categoria se encontram os prêmios de seguro a receber, os sinistros pagos a recuperar do IRB e congêneres, aluguéis e outros créditos operacionais, e por créditos com operações com a Caixa Econômica Federal (CEF)/Sistema Financeiro Habitacional (SFH), bem como direitos resultantes da venda de imóveis e créditos a receber das investidas.

▪ **Mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** Ativos gerenciados com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais, constituídos por principal e juros, por meio da manutenção do ativo e vendas, e, quando aplicável, são reduzidos por perdas ao valor recuperável e reconhecidas no resultado. Outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

▪ **Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado:** Ativos que não atendem ao teste SPPI e não são mantidos para coletar fluxos de caixas contratuais são classificados como valor justo por meio do resultado. Representam títulos e valores mobiliários não derivativos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são reconhecidos ao valor justo, mensalmente, na demonstração do resultado.

A carteira de investimento da Companhia é constituída de cotas de fundo de investimentos mensurados a valor justo por meio do resultado.

(ii) Passivos financeiros - Classificação e Mensuração

Os passivos financeiros foram mensurados pelo custo amortizado ou pelo Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

- **Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado:** Os passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação, seja por serem derivativos ou por definição no reconhecimento inicial. Nesse caso, são avaliados ao valor justo, com o resultado líquido, incluindo os juros, sendo reconhecido no resultado.
- **Mensurados pelo custo amortizado:** Os demais passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, assim como os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estes itens por não serem aplicáveis.

k) Resseguros

A parcela dos resseguradores é apresentada nos ativos circulante e não circulante, na rubrica “ativos de resseguros - provisões técnicas” sobre:

- (i) as provisões de sinistros a liquidar e despesas relacionadas, dos avisos ocorridos e não pagos pela Seguradora; e
- (ii) as provisões de prêmios não ganhos, da parcela de prêmios de resseguros correspondente ao risco a decorrer na data-base de cálculo.

As participações do ressegurador nas demais provisões técnicas estão consideradas na mesma rubrica do ativo circulante.

Na rubrica de “Operações com resseguradoras”, no passivo circulante, correspondem a valores a pagar sobre prêmios em contratos de cessão de resseguro e no passivo não circulante, referem-se a valores recebidos do ressegurador sobre a sua participação em depósitos judiciais.

l) Provisões técnicas - seguros

Com referência às provisões técnicas, a Companhia aplicou as normas previstas na Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 e na circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores.

- **Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)**

Calculada *pro-rata die* com base nos prêmios emitidos e prêmios de resseguro e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período a decorrer na data-base de cálculo. Quando aplicável, é constituída, também, para riscos vigentes e não emitidos. Em 31 de dezembro de 2024, o montante desta provisão está constituído pelo valor de R\$ 18.585 (R\$ 6.416), classificado no passivo circulante e não circulante com base no período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo, conforme consta na nota explicativa nº 24.

- **Provisão Complementar de Cobertura**

Esta provisão deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado semestralmente no Teste de Adequação de Passivos (TAP), a qual não é cumulativa. Em 31 de dezembro de 2024, o montante desta provisão está constituído pelo valor de R\$ 1.527, classificado no passivo não circulante correspondente a prêmios futuros (R\$ 2.398, em 31/12/2023), conforme consta na nota explicativa nº 24.

- **Provisão de sinistros a liquidar (PSL)**

Provisão constituída mensalmente com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, incluindo as operações de cosseguros aceitos, acrescida de encargos financeiros, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguros. A parcela referente às operações de retrocessões toma como base as informações recebidas do IRB-Brasil Resseguros S.A.

Para os sinistros em litígio, a Companhia classifica as provisões no passivo circulante e não circulante em função do tempo de expectativa de liquidação da obrigação.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER)**

Trata-se de uma parcela específica da provisão de sinistros a liquidar (PSL) com o objetivo de ajustar, os valores de sinistros avisados e não pagos, nas esferas administrativas e judiciais. Esta provisão é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, descritas em nota técnica atuarial, e com base no desenvolvimento histórico dos sinistros, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguros. Em 31 de dezembro de 2024, esta provisão apresenta o saldo de R\$ 844 (R\$ 462, em 31/12/2023), conforme metodologia aplicada pela Companhia.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)**

Constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros ocorridos e não avisados, nas esferas administrativas e judiciais, incluindo as parcelas de cosseguros aceitos, segundo nota técnica atuarial, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguro. Esta provisão é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, descritas em nota técnica atuarial, e com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. Em 31 de dezembro de 2024, esta provisão apresenta o saldo de R\$ 1.419 (R\$ 372, em 31/12/2023), conforme metodologia aplicada pela Companhia.

- **Provisão de despesas relacionadas (PDR)**

Constituída mensalmente para cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas individuais para cada sinistro, quanto às

despesas relacionadas aos sinistros de forma agrupada, líquida de cosseguros cedidos e bruta de resseguros.

▪ **Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)**

A PPNG-RVNE corresponde a uma parcela estimada da PPNG referente a riscos cuja vigência já tenha se iniciado, mas cuja emissão ainda não tenha ocorrido.

A metodologia de cálculo baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pela combinação de duas metodologias, sendo considerada a maior entre elas:

- (i) Relatório Operacional que faz um acompanhamento das apólices com vigência já iniciada, porém ainda não emitida; e
- (ii) Triângulo de *run-off* (início de vigência por emissão) que estima os prêmios vigentes, mas não emitidos. A PPNG-RVNE se dá a partir de um comportamento histórico das carteiras.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa provisão é de R\$ 245 (R\$ 28 em 31/12/2023), conforme a metodologia aplicada pela Companhia.

m) Teste de adequação de passivos (TAP)

O Pronunciamento CPC 11- Contratos de Seguros requer que as seguradoras e operadoras emitentes de contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos, constituídos pelas provisões técnicas, registrados em cada semestre, através de um Teste de Adequação de Passivos (TAP), observando-se as regras definidas e procedimentos para sua realização, conforme normas do órgão regulador.

Este teste deve avaliar as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro, a ser elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa, dessas obrigações, deverão considerar todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro para as sociedades seguradoras, descontadas a valor presente com base nas Estruturas a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de riscos e comparadas com as provisões técnicas constituídas em junho e em dezembro de cada ano.

A partir de janeiro de 2022, a SUSEP passou a adotar nova metodologia de estimativa das estruturas a termo das taxas de juros livre de riscos para a curva prefixada utilizada pela Companhia. Entretanto, a sua obrigatoriedade foi a partir de junho de 2022. Para a curva de Cupom de IPCA não houve alterações, sendo utilizada, pela Companhia, a curva estimada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Se o resultado do teste de adequação de passivo relativo a prêmios registrados/não registrados indicar insuficiência, já deduzida a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil na data-base dos títulos “mantidos até o vencimento” em garantia das provisões técnicas, a Companhia deverá reconhecê-la na Provisão Complementar de Cobertura (PCC); se o resultado do teste relativo às demais

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

provisões técnicas (PSL, PDR e IBNR) indicar insuficiência, a Companhia deverá reconhecê-la na própria provisão técnica deficitária e ajustar a sua metodologia e recalculer o teste de adequação.

Para a estimativa de sinistros a ocorrer de novos produtos, a empresa utiliza informações de mercado SES para o percentual de sinistralidade esperada. Já para as despesas administrativas foi utilizado percentuais próprios.

<i>Sinistralidade esperada</i>	
<i>31 de dezembro de 2024</i>	
Grupo de Contrato	PPNG não constituída líquida do CAD diretamente relacionado à PPNG (saídas-entradas)
Patrimonial	39,9%
Responsabilidades	53,8%
Pessoas_Coletivo	34,1%
Rural	59,0%
Pessoas_Individual	27,7%
Vida_Individual	31,0%

Para a análise da carteira *Run-Off*, considerada uma carteira com expectativas deficitárias para ramo de vida em grupo, a ALBA Seguradora analisa as apólices vigentes até a data-base, dado que não entram mais participantes, considerando a seguinte metodologia:

- Para os prêmios futuros consiste em estimar os prêmios comerciais subsequentes a data-base, utilizando da tábua de mortalidade legal At-2000 M/F conforme o lx (Número de pessoas vivas na idade x).
- Para os sinistros a ocorrer (novos sinistros) consideramos as pessoas que “teoricamente” morrerão nos respectivos anos. Observações:
 - ✓ Sempre consideramos como mortos as pessoas com maior idade;
 - ✓ Para as estimativas indenizatórias, multiplicamos o Capital Segurado Individual acrescidos dos 25% da Cobertura automática para o cônjuge, pelos anos de expectativa de vida de cada segurado; e
 - ✓ Trata-se de um estudo estatístico, portanto, não há menção de nomes. É apenas uma metodologia.

Impactos da Circular SUSEP nº 678/2022 no TAP

A Circular SUSEP nº 678, de 10 de outubro de 2022, trouxe mudanças relevantes nas regras de contabilização relacionadas ao Teste de Adequação de Passivos (TAP). Os principais impactos estão detalhados a seguir:

- **Efeito das Taxas de Juros na Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** - O artigo 125-C da Circular estabelece que as variações na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), decorrentes de alterações na estrutura a termo da taxa de juros, podem ser

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

registradas no resultado do exercício ou em Outros Resultados Abrangentes (ORA), dependendo da política contábil adotada pela supervisionada.

A Companhia optou por reconhecer as variações na PCC diretamente no resultado do exercício, em conformidade com a regulamentação.

- **Revogação da Compensação da "Mais-Valia" de Ativos Mantidos até o Vencimento com o Resultado do TAP** - A revogação do §2º do Artigo 43 da Circular SUSEP nº 648/2021 eliminou a possibilidade de compensar insuficiências identificadas no TAP com a mais-valia de ativos financeiros classificados como "mantidos até o vencimento".

No entanto, o saldo da mais-valia desses ativos continua sendo considerado no cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado, contribuindo para a determinação da suficiência de capital regulatório da Companhia. O Teste de Adequação de Passivo indicou insuficiência para reconhecimento de provisão complementar de cobertura em 2024. Para o período, os resultados das avaliações realizadas foram:

<i>Prêmios e contribuições registrados de PPNG</i>					<i>Prêmios e contribuições não registrados de PPNG</i>				
<i>31 de dezembro de 2024</i>					<i>31 de dezembro de 2024</i>				
Grupo de Contrato	PPNG constituída líquida do CAD diretamente relacionado à PPNG	Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG	Superávit / (Déficit)	PCC-PPNG	Grupo de Contrato	PPNG não constituída líquida do CAD diretamente relacionado à PPNG (saídas - entradas)	Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG futura de prêmios não registrados (saídas - entradas)	Superávit / (Déficit)	PCC-Não registrada
Patrimonial	9.646	6.165	3.481	-	Patrimonial	-	-	-	-
Responsabilidades	37	24	13	-	Responsabilidades	-	-	-	-
Pessoas_Coletivo	166	140	26	-	Pessoas_Coletivo	-	(1.527)	(1.527)	(1.527)
Rural	558	389	169	-	Rural	-	-	-	-
Pessoas_Individual	432	179	252	-	Pessoas_Individual	-	-	-	-
Vida_Individual	9	4	5	-	Vida_Individual	-	-	-	-
Total	10.848	6.901	3.946	-	Total	-	(1.527)	(1.527)	(1.527)

<i>Ativo de resseguro registrados de PPNG</i>					<i>Ativo de resseguro não registrados de PPNG</i>				
<i>31 de dezembro de 2024</i>					<i>31 de dezembro de 2024</i>				
Grupo de Contrato	PPNG constituída líquida do CAD diretamente relacionado à PPNG	Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG	Superávit / (Déficit)	PCC-PPNG	Grupo de Contrato	PPNG não constituída líquida do CAD diretamente relacionado à PPNG (saídas - entradas)	Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG futura de prêmios não registrados (saídas - entradas)	Superávit / (Déficit)	PCC-Não registrada
Patrimonial	3.899	1.579	2.320	-	Patrimonial	-	-	-	-
Responsabilidades	25	20	5	-	Responsabilidades	-	-	-	-
Pessoas_Coletivo	123	41	82	-	Pessoas_Coletivo	-	-	-	-
Rural	447	262	185	-	Rural	-	-	-	-
Pessoas_Individual	-	-	-	-	Pessoas_Individual	-	-	-	-
Vida_Individual	4	1	3	-	Vida_Individual	-	-	-	-
Total	4.498	1.903	2.595	-	Total	-	-	-	-

n) Tributos diferidos

As provisões para tributos diferidos são constituídas com base nas alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras, sobre os efeitos temporários não tributáveis, decorrentes de: (i) ganhos não realizados na carteira de ações, (ii) reserva de reavaliação de imóveis (em 2006), e (iii) oscilação cambial de investimentos no exterior (não circulante).

Com relação a essas provisões, em 31 de dezembro de 2024, a ALBA Seguradora não possui mais carteira de ações e investimentos sujeitos à oscilação cambial de investimento no exterior. Portanto, não há mais constituição de tributos diferidos relacionados a esses movimentos.

A composição detalhada das provisões para tributos diferidos pode ser consultada na nota explicativa nº 22.

o) Provisões judiciais

As provisões judiciais nas esferas fiscal, trabalhista e cível são constituídas para cobrir os desembolsos futuros relacionados a contingências. A avaliação das provisões é realizada com base na experiência dos assessores jurídicos da Companhia, que analisam a natureza e a probabilidade de êxito de cada processo, considerando a posição dos tribunais e as decisões anteriores. Além disso, as provisões são atualizadas periodicamente, de acordo com os índices legais aplicáveis a cada tipo de processo e conforme as mudanças nas circunstâncias de cada caso.

Para os processos classificados com probabilidade de perda provável, as provisões são integralmente contabilizadas no resultado, refletindo o impacto financeiro das estimativas de liquidação. O montante das provisões é ajustado conforme o andamento dos processos e as orientações dos assessores jurídicos, com base nas informações mais recentes dos respectivos tribunais.

A composição detalhada destas provisões pode ser consultada na nota explicativa nº 23.

p) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base nas disposições estatutárias da Companhia e em conformidade com a Lei nº 6.404/76, que assegura o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. Este cálculo é ajustado conforme a legislação em vigor, com acréscimo de 10% para as ações preferenciais, conforme estabelecido pela Lei nº 9.457/97. A provisão para o dividendo mínimo obrigatório é constituída no final do exercício, ressalvadas as hipóteses previstas em lei para sua retenção.

Após a destinação de 5% do lucro líquido para a constituição da reserva legal, conforme o artigo 193 da Lei 6.404/76, e a eliminação do efeito do lucro não realizado, a Companhia pode não ter lucro suficiente para pagamento de dividendos mínimos

obrigatórios. Nesse cenário, a Companhia pode não estar em posição de distribuir o dividendo mínimo, dado que a base de cálculo do dividendo será impactada pela destinação da reserva legal e pelo lucro não realizado. O dividendo adicional, se houver, será proposto após a aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

7. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, podendo afetar suas finalidades de estratégia e planos financeiros, são:

- Risco de subscrição;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco operacional; e
- Risco de liquidez.

Gestão de risco de subscrição

O risco de subscrição representa a incerteza associada à capacidade da seguradora de precificar adequadamente os produtos de seguro, considerando a ocorrência de sinistros futuros e está também relacionado a avaliação incorreta da probabilidade e do impacto de eventos cobertos ocorrerem durante o período de vigência da apólice.

Em outras palavras, é a possibilidade de que os custos reais com indenizações sejam superiores às provisões técnicas constituídas.

Atualmente a Companhia está operando nos ramos de Vida em Grupo, Acidentes Pessoais Coletivo, Vida Individual, Prestamista, Compreensivo Empresarial e Residencial, Garantia Estendida, Ramos Diversos, Benfeitorias e Penhor Rural, buscando assim um nível de receita com seguros adequado diante dos riscos assumidos por cada ramo.

Além do tipo de portfólio, a Companhia pratica uma avaliação criteriosa dos riscos inerentes a cada contrato de seguro, com monitoramento contínuo da sinistralidade, assim como buscando uma diversificação da carteira, distribuindo os riscos entre os diferentes ramos e segmentos.

Gestão de risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de que o valor de um investimento, portfólio ou ativo financeiro seja alterado devido a flutuações nos preços de mercado. Ou seja, é a exposição a eventos externos que podem impactar negativamente o valor dos seus investimentos.

A Companhia possui uma Política de Investimentos que segue as determinações regulatórias do CMN e da SUSEP. Aplica seus recursos financeiros no mercado brasileiro, o qual pode ser mensurado com confiabilidade, buscando segurança e liquidez para honrar suas obrigações futuras, praticando uma política prudente no portfólio de suas aplicações.

A Companhia seleciona as instituições financeiras para aplicação de seus recursos através de assessoria de investimentos. Os principais ativos financeiros estão representados, de forma conservadora, por fundos de investimentos atrelados a títulos públicos federais com alta liquidez e segurança. Todo o planejamento tem por objetivo a garantia do capital, a boa remuneração, a cobertura das provisões técnicas e margem de solvência (nota explicativa nº 27).

A estratégia conservadora de alocação de ativos tem como objetivo evitar que perdas oriundas de flutuações de preços, taxas e índices impactem materialmente o seu patrimônio líquido. São utilizados critérios técnicos relativos à gestão de ativos e passivos que levam em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos.

Na gestão financeira, os principais riscos identificados incluem a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações nos preços, índices e taxas nos mercados financeiros.

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito dos ativos financeiros e ativos de resseguro consiste na possibilidade de ocorrerem perdas pela desvalorização dos recebíveis decorrentes da redução na classificação de risco e/ou pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia.

Os principais créditos de resseguro estão relacionados com o IRB-Brasil Resseguros S.A. (referentes a sua participação em sinistros) e Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Quando aplicável, a Companhia reconhece a perda esperada em todas as contas a receber.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que mantém operações apenas com instituições financeiras de primeira linha e que possuem ratings fornecidos por agências internacionais como *Fitch Rating*, *Standard and Poor's* e *Moody's Investor*. Em 31 de dezembro de 2024, 100% dos recursos de renda fixa estão alocados em instituições financeiras com classificação de risco AAA.

Gestão de risco operacional

Como processo de mitigação aos riscos de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos de pessoas, sistemas ou eventos externos, incluindo o risco legal, a Companhia, em conformidade com princípios éticos em suas tomadas de decisões, tem vínculo com as observações confiáveis reportadas pela auditoria interna sobre os itens abaixo:

- Bons controles internos;
- Infraestrutura tecnológica e segurança;
- Softwares atualizados; e

- Revisões em geral das políticas internas e regulamentos.

Como medidas atreladas ao fortalecimento e melhores práticas para cumprir e observar rigorosamente a legislação vigente, a Companhia contratou uma empresa especializada para atender as questões de Compliance, processos e BPO- gestão de riscos.

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez visa acompanhar e garantir que a Companhia tenha sempre os recursos financeiros necessários e disponíveis para pagar suas obrigações associadas aos seus passivos e conforme os seus vencimentos. Mesmo em situações desafiadoras, a empresa deve manter o equilíbrio certo entre investimentos, fluxo de caixa e possíveis cenários adversos. Visando mitigar este risco, a Companhia possui política de *ALM - Asset-Liability Management* implantada que visa compatibilização entre o portfólio de ativos financeiros e o conjunto de passivos decorrentes das suas obrigações operacionais, administrativas e regulatórias, líquidos dos ativos decorrentes de direitos operacionais, considerando o impacto de fatores externos, tais como inflação, taxa de juros, câmbio, flutuações de índices e indexadores de mercado; bem como o impacto de fatores internos, como mudanças significativas na carteira de clientes e/ou linhas de negócios, sinistralidade observada/projetada e atualizações do apetite por riscos.

8. Aplicações

A Companhia, mantém suas aplicações financeiras sob gestão de um agente financeiro (Banco Itaú), com quem possui contrato de administração de carteira de custódia e outras avenças. A gestão das aplicações é conduzida em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP, que regulamentam a composição de reservas técnicas para cobertura das operações de seguros.

As aplicações em fundos de investimentos buscam equilíbrio na relação “risco x rentabilidade”, com objetivo de ter uma rentabilidade superior ao CDI e os ativos são atrelados a mercados de juros nominais, reais e índices de preços de mercado como os títulos públicos, sempre em consonância com a política de investimentos aprovada pela Companhia.

Atualmente, 100% dos ativos da ALBA Seguradora estão aplicados em cotas de fundos de investimento basicamente formada por títulos públicos federais, conforme composição abaixo. Essa composição tem como objetivo assegurar a liquidez necessária para cobertura de reservas técnicas e atender aos requisitos regulatórios estabelecidos para sociedades seguradoras.

8.1. Saldos

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo de aquisição	Valor de mercado	%	Custo de aquisição	Valor de mercado	%
Valor justo por meio do resultado (VJR)						
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	54.017	55.303	88,3	30.695	31.771	57,3
Quotas de outros fundos de investimentos	6.339	7.309	11,7	19.547	21.028	37,9
	60.356	62.612	100,0	50.242	52.799	95,2
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)						
Títulos de renda variável	-	-	-	1.464	2.658	4,8
Total de aplicações	60.356	62.612	100,0	51.706	55.457	100,0

8.2. Composição da carteira

	31/12/2024	31/12/2023
Valor justo por meio do resultado (VJR)	62.612	52.799
Títulos públicos	62.512	40.229
Certificado de depósito bancário	100	411
Debêntures	-	6.394
Fundos de investimentos	-	1.989
Títulos privados	-	3.776
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	-	2.658
Títulos de renda variável (Ações)	-	2.658
Total do Ativo Circulante	62.612	55.457

A estratégia de investimentos da Companhia adota uma abordagem conservadora, com foco na preservação do capital investido, em conformidade com os parâmetros regulatórios e na promoção da segurança e sustentabilidade financeira das operações da ALBA Seguradora.

Diante do cenário econômico desafiador, marcado por um ciclo de aperto na política monetária brasileira e os desafios fiscais locais, a Companhia reduziu significativamente suas alocações em ativos de crédito privado, que representaram até 35% dos ativos investidos ao longo do período de 2024.

Os fundos de renda fixa apresentaram uma rentabilidade de 11,1% equivalente a 102,06% do CDI, tendo a sua composição para remuneração com alocação de 91,37% em Juros Pós, 8,35% RF Multi Mesa e 0,28% inflação.

8.3. Movimentação

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	55.457	47.307
(+) Captações de aplicações financeiras	156.143	98.841
(+) Rend. s/ aplic. financeiras (nota explicativa nº 32)	7.092	5.781
(+/-) Perdas/ ganhos com ações (VJORA)	(56)	(800)
(+/-) Ganhos com ações	-	2.828
(-) Resgates de aplicação financeiras	(156.024)	(98.500)
Saldo final	62.612	55.457

Os valores destacados em “aplicações” e “resgates” contemplam as realocações nas classes de ativos de acordo com as variações de cenários e as oportunidades de investimentos.

8.4. Hierarquia do valor justo

Os ativos classificados como valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são representados com base na tabela de análise do método de valorização de ativos financeiros, definido na seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo.
- **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1”, mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3:** títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/2024			31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
VJR	62.512	100	62.612	42.218	10.581	52.799
Títulos públicos	62.512	-	62.512	40.229	-	40.229
Certificado de depósito bancário	-	100	100	-	411	411
Debêntures	-	-	-	-	6.394	6.394
Fundos de investimentos	-	-	-	1.989	-	1.989
Títulos privados	-	-	-	-	3.776	3.776
VJORA	-	-	-	2.658	-	2.658
Títulos de renda variável (Ações)	-	-	-	2.658	-	2.658
Total	62.512	100	62.612	44.876	10.581	55.457

9. Prêmios a receber

9.1 Composição - Ramo

	31/12/2024	31/12/2023
Riscos diversos	5.462	-
Acidentes pessoais - individual	3.341	149
Vida em grupo	2.515	1.834
Garantia estendida	706	585
Seguro benfeitorias produtos agropecuários	652	-
Compreensivo empresarial	361	3
Acidentes pessoais - coletivo	265	169
Outros	210	14
Redução ao valor recuperável	(170)	(7)
Total	13.342	2.747

9.2 Movimentação dos prêmios a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	2.747	-
(+) Prêmios emitidos	40.586	10.166
(+) IOF	1.320	542
(-) Prêmios cancelados	(1.656)	(259)
(-) Prêmios recebidos	(29.834)	(7.960)
(+/-) Prêmios RVNE	341	266
(+/-) Variação redução ao valor recuperável	(162)	(8)
Saldo final	13.342	2.747

9.3 Posição de vencidas e vencidas

	31/12/2024			31/12/2023
	Prêmio a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmio a receber líquido	Prêmio a receber líquido
A Vencer	11.806	(143)	11.663	2.481
1 a 30 dias	5.422	(143)	5.279	2.027
31 a 180 dias	5.299	-	5.299	454
181 a 365 dias	1.085	-	1.085	-
Vencidos	1.099	(27)	1.072	-
1 a 30 dias	1.070	(27)	1.043	-
31 a 60 dias	28	-	28	-
61 a 90 dias	1	-	1	-
Prêmios - Riscos vigentes não emitidos	607	-	607	266
Total a vencer	13.512	(170)	13.342	2.747

10. Outros créditos operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber do SFH (i)	4.171	4.291
Comissões (ii)	262	3.912
Outros	592	161
Total	5.025	8.364
Circulante	854	4.073
Não circulante	4.171	4.291

- (i) A Companhia possui despesas decorrentes de processos judiciais relacionados ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Desde a sua criação em 1967 e, sobretudo, após as alterações promovidas pelo Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, alterado pelo Decreto-Lei nº 2.476, de 16 de setembro de 1988, e pela Lei nº 7.682, de 2 de dezembro de 1988, o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) assumiu integralmente os riscos do Seguro Habitacional. Este fundo é gerido exclusivamente pela Caixa Econômica Federal (CEF), sua única representante legal, conforme estabelecido na Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, e suas modificações pela Lei nº 13.000, de 18 de junho de 2014.

O Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a ação RE827996/PR, de repercussão geral - TEMA 1011, consolidou o entendimento de que a CEF possui interesse jurídico em todas as ações envolvendo o SH/SFH (Ramo 66), independentemente da fase processual ou da demonstração de prejuízo ao Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice (FESA). Apesar disso, a Companhia, de forma indevida, ainda é mantida no polo passivo das ações judiciais, por provocação dos autores/mutuários, como se também fosse representante do FCVS, o que é incorreto. Diante desse cenário, a CEF se comprometeu a reembolsar integralmente as despesas efetuadas na defesa do fundo. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional também reconhece o direito da seguradora de ser reembolsada dos custos decorrentes da defesa do FCVS.

Por fim, a Resolução do Conselho Curador do Fundo de Compensação De Variações Salariais - CCFCVS nº 448, de 11/11/2019, estabelece que é admissível o reembolso dos pagamentos relacionados a imóveis vinculados à extinta apólice pública do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, desde que o Poder Judiciário reconheça a obrigação do SH/SFH em indenizar o mutuário.

- (ii) Em 2024, ocorreu a amortização total do saldo do adiantamento, no valor de R\$ 3.871, previsto no contrato de representação com parceiro varejista, a título de remuneração por vendas futuras. O saldo de 31 de dezembro de 2024 corresponde a outras comissões a restituir.

11. Títulos e créditos a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Aluguéis a receber	1.013	878
Direitos resultantes da venda de imóveis	100	719
Dividendos a receber	-	145
Outros	356	-
Redução ao valor recuperável	(824)	(824)
Total do Ativo Circulante	645	918
Direitos resultantes da venda de imóveis	-	6
Nota promissória (i)	7.407	7.407
Total do Ativo Não Circulante	7.407	7.413
Total dos Títulos e Créditos a Receber	8.052	8.331

- (i) Nota promissória a receber referente à venda de um terreno avaliado pelo método de custo, realizada por meio de permuta financeira, em parcela única. A nota foi emitida em 13 de dezembro de 2023, em caráter "pro soluto", com vencimento em 30 de novembro de 2027, conforme estipulado na Escritura Pública de Compra e Venda de Imóvel, lavrada em 14 de dezembro de 2023.

O preço de aquisição do imóvel será pago em moeda corrente, equivalente a 10,5% do Valor Geral de Venda (VGV), sendo o valor mínimo da dívida fixado em R\$ 7.350, reajustado monetariamente pela variação do INCC até a data da confissão de dívida. Esse valor foi corrigido na data da emissão para R\$ 7.407.

O empreendimento relacionado foi lançado em novembro de 2024, e o fluxo de recebimentos terá início em 2025.

12. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos correspondem substancialmente as retenções de IRPJ sobre JCP recebidos e saldos negativos de IRPJ e de CSLL, cujas restituições/compensações foram pleiteadas à Receita Federal do Brasil (RFB).

(a) Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Retenções de imposto de renda	26	1.031
Créditos de contribuições previdenciárias	6	5
Créditos Fiscais - PIS e COFINS	4	4
Créditos Fiscais - IRPJ	909	-
Créditos Fiscais - CSLL	2.205	-
Total do Ativo Circulante	3.150	1.040
Créditos Fiscais - IRPJ	102	950
Créditos Fiscais - CSLL	5	5
Total do Ativo Não Circulante	107	955
Total de Créditos Tributários e Previdenciários	3.257	1.995

(b) Movimentação

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.995	2.879
(+) Retenções não utilizadas	10	3
(+) Crédito judicial da CSLL (i)	3.329	28
(-) Compensações do crédito da CSLL (i)	(1.211)	-
(+) Pedidos de restituição (ii)	1.015	-
(-) Utilização das retenções para pedido de restituição (ii)	(1.015)	-
(-) Recebimentos (ii)	(1.202)	(1.009)
(+) Atualizações monetárias	336	94
Saldo final	3.257	1.995

- (i) Em 2024, a RFB deferiu o pedido de habilitação do crédito da CSLL relativa ao processo em Administrativo Fiscal nº 13032.563124/2024-51. Em razão disso, a Companhia reconheceu o crédito no valor de R\$ 3.329, com vistas a compensá-lo com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), incluindo as contribuições previdenciárias (INSS). Até 31 de dezembro de 2024 foi compensado o valor de R\$ 1.211.
- (ii) A Companhia recebeu a título de pedido de restituição o valor R\$ 1.202, relativo ao saldo negativo de IRPJ de 2022 solicitado no mesmo período.

Adicionalmente, a Companhia informa que recebeu em janeiro de 2025, referente a pedido de restituição de 2015 o valor de R\$ 914.

(c) Créditos tributários não reconhecidos

A Companhia não reconhece contabilmente os créditos tributários provenientes das bases negativas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), dos prejuízos fiscais

acumulados e das diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados. Tal procedimento decorre do fato de não haver, no momento, expectativa de base tributável futura relacionada às suas atividades operacionais.

Em 31 de dezembro de 2024, a base de cálculo negativa da CSLL e as adições temporárias somavam R\$ 119.764 (R\$ 112.100 em 31/12/2023), enquanto o saldo de prejuízos fiscais e adições temporárias totalizava R\$ 122.399 (R\$ 113.692 em 31/12/2023). Ao aplicar as alíquotas correspondentes sobre esses valores, constata-se a existência de um crédito fiscal não contabilizado em favor da Companhia, no montante aproximado de R\$ 48.564 (R\$ 46.359 em 31/12/2023). A compensação desse crédito, embora não esteja sujeita a prazo prescricional, está limitada a 30% dos lucros tributáveis gerados anualmente.

Desde 1º de janeiro de 2023, o cálculo da CSLL está considerando a alíquota de 15%, conforme art. 3º, I da Lei nº 7.689/1988.

13. Ativos de resseguros - provisões técnicas

As provisões de prêmios não ganhos, são constituídas sobre o valor do prêmio cedido para o ressegurador com base na vigência do risco a decorrer. Esta provisão é líquida das comissões de resseguro.

Além disso, registramos as recuperações de resseguros cedidos referente a parte do ressegurador sobre riscos assumidos, decorrentes do cumprimento do contrato de resseguro, sobre as provisões técnicas ainda não pagos pela Companhia.

(i) Saldos

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	4.345	11
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG-RVNE	153	1
Recuperação de resseguros cedidos - PSL	54.785	70.495
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	860	64
Recuperação de resseguros cedidos - PDR	1.879	1.895
(-) Redução ao valor recuperável	(324)	-
Ativos de resseguros - provisões técnicas	61.698	72.466
Circulante	14.230	10.217
Não Circulante	47.468	62.249

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

(ii) Movimentação

	Saldo em 01/01/2023	Constituição/ (Reversão) e encargos	Liquidação	Saldo em 31/12/2023	Constituição/ (Reversão) e encargos	Liquidação	Saldo em 31/12/2024
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	-	11	-	11	4.334	-	4.345
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG-RVNE	-	1	-	1	152	-	153
Recuperação de resseguros cedidos - PSL	69.629	4.906	(4.040)	70.495	(8.546)	(7.164)	54.785
Direto	53.205	3.579	(4.040)	52.744	(10.011)	(5.542)	37.191
Cosseguros aceitos	16.424	1.327	-	17.751	1.465	(1.622)	17.594
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	-	64	-	64	796	-	860
Recuperação de resseguros cedidos - PDR	2.105	(102)	(108)	1.895	236	(252)	1.879
Direto	1.865	(118)	(105)	1.642	279	(177)	1.744
Cosseguros aceitos	240	16	(3)	253	(43)	(75)	135
(-) Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	(324)	-	(324)
Ativos de resseguros - provisões técnicas	71.734	4.880	(4.148)	72.466	(3.352)	(7.416)	61.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

14. Bens a venda

O saldo corresponde à transferência do valor contábil de imóveis avaliados pelo método de custo, que foram efetivamente colocados à venda imediata em suas condições atuais. Esses imóveis estão sujeitos apenas aos termos habituais e costumeiros de mercado e têm grande probabilidade de serem vendidos dentro de um prazo de 12 meses.

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.909	1.862
Adições	60	421
Baixa	(1.909)	(374)
Saldo final	60	1.909

Em 2024, as baixas totais de R\$ 1.909 referem-se à venda de terrenos, com as principais operações envolvendo a Controladora: (i) Venda de um terreno no valor de R\$ 5.390, avaliado a mercado; e (ii) Venda de um terreno para uma construtora imobiliária, no valor de R\$ 8.550, com a cessão do crédito a receber decorrente dessa venda para a Controladora, no montante de R\$ 7.261, resultando na quitação integral do valor. As baixas foram realizadas ao custo histórico, respectivamente, de R\$ 859 e R\$ 1.003.

15. Custos de aquisição diferidos- Seguros

(i) Saldos

	31/12/2024	31/12/2023
Seguro de garantia estendida	4.140	2.123
Riscos diversos	1.117	-
Acidentes pessoais - individual	308	34
Seguro benfeitorias produtos agropecuários	186	-
Outros	168	4
Circulante	5.919	2.161
Seguro de garantia estendida	2.063	1.763
Não Circulante	2.063	1.763
Total	7.982	3.924

Entre os produtos comercializados pela Companhia, destaca-se o seguro de Garantia Estendida, que oferece carências de 3, 6, 9 ou 12 meses, conforme a garantia do fabricante. De maneira geral, o prazo médio de diferimento de todas as carteiras varia entre 1 e 17 meses, dependendo das condições específicas de cada contrato. Esse intervalo reflete a flexibilidade das políticas de seguros.

Do total apresentado, a Companhia utiliza como redutor da necessidade de cobertura técnica o montante de R\$ 6.113, que correspondem aos custos de aquisição diferidos das despesas

efetivamente liquidadas diretamente relacionadas ao valor de cada prêmio comercial, registrado e diferidos individualmente de acordo com a vigência do respectivo risco abrangido pela PPNG.

16. Depósitos judiciais e fiscais

A Administração da Companhia, em conjunto com seus consultores jurídicos, considera indevida a cobrança de determinados tributos. Em razão disso, ingressa com ações judiciais e efetua depósito dos valores correlatos, com o intuito de provocar a suspensão das respectivas exigibilidades. O mesmo procedimento é adotado em relação à cobrança indevida de foro pela União Federal.

Adicionalmente, a Companhia efetua depósitos judiciais referentes a processos movidos por terceiros, por entender que as reivindicações relacionadas e questões trabalhistas são passíveis de discussão.

Os principais valores depositados constantes do realizável a longo prazo são:

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Cíveis	8.505	6.314
Depósitos judiciais - Sinistros	4.694	3.874
Depósitos judiciais - IRB e congêneres	3.811	2.440
Depósitos Fiscais	90.094	85.406
PIS	20.292	19.301
COFINS	69.589	65.903
Foro	213	202
Depósitos Trabalhistas	100	117
Outros depósitos	346	240
Total	99.045	92.077

Os passivos tributários e de foro correspondentes aos valores depositados judicialmente, conforme mencionado acima e devidamente atualizados monetariamente, estão reconhecidos contabilmente pelo valor do litígio, sob a rubrica 'provisões judiciais' (passivo não circulante), quando aplicável, conforme detalhado na nota explicativa nº 23. Para os depósitos judiciais relacionados a processos de sinistros, há um passivo equivalente registrado sob a rubrica 'provisões técnicas', também no passivo não circulante.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

17. Participações societárias e outros investimentos

	Participação (%)		Capital social		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) líquido		Valor do investimento		Equivalência patrimonial	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Controlada												
Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. ("Companhia Uruguay") 16.000.000 ações ON em 2024 e 2023 - liquidada (i)	-	100,00	-	225	-	513	(212)	11	-	513	(212)	11
Coligada												
Brasilcap Capitalização S.A. ("Brasilcap") - 51.292.002 ações ON e 12.187.552 ações PN em 2024 e 2023 (ii)	15,86	15,86	354.398	354.398	803.745	766.221	280.770	268.336	127.445	121.495	44.520	42.548
Investida sob controle comum												
Companhia de Participações Aliança da Bahia ("Aliança Participações")- 176.200 ações ON e 590.221 ações PN em 2024 e 2023 (iii)	5,96	5,96	612.157	410.358	900.430	685.984	40.255	12.135	41.833	41.833	-	1.350
Outras participações societárias									383	383		
Total de Participações societárias									169.661	164.224	44.308	43.909
Outros investimentos												
Incentivos fiscais									128	128		
Redução ao valor recuperável									(46)	(46)		
Total de Outros investimentos									82	82		
									169.743	164.306		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(a) Movimentação das participações societárias

	(i) Companhia Uruguay	(ii) Brasilcap	(iii) Aliança Participações	Outras participações	Total
Saldo em 01/01/2023	543	103.032	40.728	383	144.686
Dividendos	-	(33.282)	(245)	-	(33.527)
Equivalência patrimonial	11	42.548	1.350	-	43.909
Ajuste de avaliação patrimonial	-	9.197	-	-	9.197
Conversão acumulada	(41)	-	-	-	(41)
Saldo em 31/12/2023	513	121.495	41.833	383	164.224
Dividendos	-	(41.503)	-	-	(41.503)
Equivalência patrimonial	(212)	44.520	-	-	44.308
Ajuste de avaliação patrimonial	-	2.933	-	-	2.933
Conversão acumulada	(370)	-	-	-	(370)
Realização da variação cambial	425	-	-	-	425
Saldo a receber com a baixa da investida	(356)	-	-	-	(356)
Saldo em 31/12/2024	-	127.445	41.833	383	169.661

(i) Companhia Uruguay - A controlada, em processo de liquidação voluntária desde 25 de março de 2019, teve o procedimento finalizado em 06 de maio de 2024, após autorização do *Ministerio de Economía y Finanzas de Uruguay*. A baixa contábil, no entanto, foi registrada apenas em setembro de 2024, após a última movimentação bancária, ocorrida em agosto de 2024.

(ii) Brasilcap - A participação da Companhia sobre o capital votante é de 23,75% e de 15,86% do capital total. Em 2024, a Companhia recebeu um total de R\$ 41.609 em dividendos, sendo R\$ 30.421, em 07 de fevereiro de 2024, referente aos dividendos mínimos obrigatórios e adicionais apurados nas demonstrações financeiras do exercício de 2023, e R\$ 11.188, em 08 de agosto de 2024, referente aos dividendos intermediários, equivalentes a 50% do lucro líquido do 1º semestre de 2024 da Coligada.

(iii) Aliança Participações - O investimento era avaliado pelo método da equivalência patrimonial, conforme a classificação prevista no CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto.

A equivalência patrimonial deixou de ser calculada devido à consumação da incorporação. Com isso, as 766.421 ações de emissão da Aliança Participações, atualmente parcialmente bloqueadas, permaneceram sob a titularidade da ALBA Seguradora, mas tiveram seus direitos de voto suspensos e deixaram de fazer jus a dividendos, conforme o art. 30, § 4º, da Lei das S.A. Assim que o bloqueio for levantado, as administrações das companhias adotarão as medidas necessárias para a eliminação da participação recíproca, incluindo o cancelamento das ações.

18. Imóveis destinados a renda

(i) Saldos

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor de aquisição/ reavaliação	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	4.174	-	4.174	3.676
Edificações e benfeitorias	18.539	(5.917)	12.622	3.153
	22.713	(5.917)	16.796	6.829

A Companhia vem depreciando os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota explicativa nº 6 d). Em 31 de dezembro de 2024, não existem imóveis oferecidos em garantia de processos judiciais com sinistros e tributos.

(ii) Movimentação

	Custo de aquisição/ reavaliação	(-) Depreciação	Valor líquido
Saldo em 01/01/2023	11.417	(3.862)	7.555
Depreciação	-	(234)	(234)
Baixa	(70)	-	(70)
Transferência para imóveis disponíveis para venda	(422)	-	(422)
Saldo em 31/12/2023	10.925	(4.096)	6.829
Reclassificação por ativação (a)	8.913	-	8.913
Depreciação	-	(315)	(315)
Transferência do imobilizado (b)	3.157	(1.775)	1.382
Transferência para imóveis disponíveis para venda	(282)	269	(13)
Saldo em 31/12/2024	22.713	(5.917)	16.796

(a) A Companhia investiu R\$ 8.913 em obras de *retrofit* para renovação do imóvel e locação a terceiros. Essas obras envolveram a atualização das estruturas prediais, a adequação de layouts e a renovação dos sistemas de instalações e segurança da edificação.

A Companhia aderiu ao programa de incentivo previsto na Lei nº 9.767/2023, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 38.305/2024, visando obter um crédito de 50% sobre o valor investido em obras de edificação, restauração ou reforma na modalidade *retrofit*. Esse crédito pode ser compensado com tributos como ITIV, IPTU, TRSD e TFF, sendo, no entanto, sujeito à validação do órgão competente para liberação. O processo de solicitação do habite-se (nº 2.844/2024) já foi protocolado junto ao órgão competente, e a vistoria do AVCB foi realizada pelo Corpo de Bombeiros, estando a expedição do documento pendente para finalizar o trâmite e dar andamento à conclusão da obra.

- (b) Valor transferido da rubrica imobilizado para investimentos, referente a diversos imóveis, anteriormente classificados como uso próprio, que a Companhia agora gerencia com o objetivo de gerar receita por meio de locação ou arrendamento.

(iii) Resumo das características dos imóveis

A Companhia mantém no seu ativo, no grupo de investimentos, imóveis que não são utilizados nas suas atividades administrativas e operacionais. Estes imóveis estão disponíveis para locação e futura venda, inclusive os que estavam em garantia das provisões técnicas até 31 de outubro de 2017.

a) Unidades imobiliárias

Grande parte dos imóveis data das décadas de 1930 a 1960, enquanto outros, com maior potencial econômico, foram incorporados ao patrimônio da Companhia a partir da década de 1970. O quadro abaixo apresenta a composição atual das unidades imobiliárias, incluindo sua classificação e quantidade.

Descrição	Locadas	Disponíveis	Total
		p/ locação ou venda	
Terrenos	-	7	7
Prédio residencial	-	1	1
Prédios comerciais	4	3	7
Apartamentos	3	1	4
Box de garagem	156	41	197
Pavimentos	12	-	12
Salas	8	33	41
Lojas	6	2	8
Conjuntos comerciais	2	9	11
Total	191	97	288

b) Posição de aluguéis a receber

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	188	44
Vencidos		
30 dias	1	8
60 dias	-	1
90 dias	-	7
>120 até 180 dias	-	5
>180 até 360 dias	-	9
>360 dias	824	804
Redução ao valor recuperável (nota explicativa nº 6d)	(824)	(824)
Total	189	54

c) Efeito resultado

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas com imóveis de renda	614	451
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	(3.157)	(2.193)
Perda por redução ao valor recuperável sobre aluguéis	-	(10)
Resultado dos imóveis para renda	(2.543)	(1.752)
Imóveis	13.940	7.750
Veículos	80	-
Custo dos Imóveis	(1.862)	(444)
Despesas com vendas	(335)	-
Resultado dos imóveis com alienação	11.823	7.306
Resultado total dos imóveis	9.280	5.554

d) Reajuste médio auferido nos contratos de aluguel

Os reajustes contemplam a variação anual do IGPM-FGV/IPCA, conforme pactuado em cada contrato. Quando das renovações a Companhia adota, quando possível, o preço de mercado.

e) Eventuais riscos adicionais a que estão expostos os créditos de aluguéis a receber e os investimentos

Os créditos decorrentes de aluguéis estão sujeitos a risco de inadimplência. A Companhia adota políticas cabíveis para a cobrança dos valores vencidos, a fim de minimizar as perdas. Os créditos, cuja liquidação é duvidosa, possuem expectativas de perdas reconhecidas no resultado, cujo montante contabilizado no ativo possui o saldo de R\$ 824 (R\$ 824, em 31/12/2023).

Os investimentos em imóveis, estão acrescidos de uma avaliação a valor de mercado realizada em 2006, no montante líquido de R\$ 5.020 (R\$ 4.504, em 31/12/2023). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou, por meio de avaliação independente, a mensuração do valor de mercado dos imóveis destinados à renda, que totalizou R\$ 67.971 e o valor de liquidação imediata no valor de R\$ 47.880. O valor contábil desses ativos é de R\$ 16.796, refletindo a última reavaliação realizada em 2006, sem novas atualizações posteriores.

A maioria dos imóveis foi adquirida para cobertura das provisões técnicas e do capital, segundo as normas vigentes à época, além de constituir, também, uma garantia patrimonial. Até 31 de outubro de 2017, a Companhia utilizou o limite de 8% para cobertura das provisões técnicas, extinguindo-se esse direito a partir de 03/11/2017.

Alguns deles estão alugados na expectativa de futura revitalização da área. Em se tratando de terrenos e prédios bem localizados e não alugados, a Companhia mantém gastos com vigilância, monitoramento e seguros. Portanto, não existem riscos relevantes que possam afetar o patrimônio da Companhia.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

19. Imobilizado

	Saldos em					Saldos em	Taxas anuais de
	01/01/2024	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	31/12/2024	depreciação
Imóveis de Uso Próprio	2.103	200	(103)	-	(1.382)	818	
Terrenos	678	-	-	-	(511)	167	
Edificações	1.425	200	(103)	-	(871)	651	Nota (A)
Bens Móveis	466	823	(206)	-	-	1.083	
Equipamentos	358	376	(153)	-	-	581	20%
Móveis, máquinas e utensílios	92	447	(37)	-	-	502	10%
Veículos	16	-	(16)	-	-	-	20%
Outras Imobilizações	139	9.289	(4)	-	(8.913)	511	
Imobilização em curso	80	9.002	-	-	(8.913)	169	
Outras imobilizações	59	287	(4)	-	-	342	4%
Total	2.708	10.312	(313)	-	(10.295)	2.412	

	Saldos em					Saldos em	Taxas anuais de
	01/01/2023	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	31/12/2023	depreciação
Imóveis de Uso Próprio	2.257	-	(154)	-	-	2.103	
Terreno	678	-	-	-	-	678	
Edificações	1.579	-	(154)	-	-	1.425	Nota (A)
Bens Móveis	535	106	(175)	-	-	466	
Equipamentos	372	101	(115)	-	-	358	20%
Móveis, máquinas e utensílios	107	5	(20)	-	-	92	10%
Veículos	56	-	(40)	-	-	16	20%
Outras Imobilizações	89	50	-	-	-	139	
Imobilização em curso	-	80	-	-	-	80	
Outras imobilizações	89	(30)	-	-	-	59	
Total	2.881	156	(329)	-	-	2.708	

(A) A Companhia deprecia os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota explicativa nº 6 h).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A depreciação dos demais itens do imobilizado, avaliados ao custo de aquisição, é calculada pelo método linear, com base em taxas (demonstradas retro) que levam em consideração a estimativa da vida útil econômica remanescente dos bens. Em 31 de dezembro de 2024, não existem imóveis de uso próprio oferecidos em garantia de processos judiciais relacionados com sinistros e tributos.

20. Intangível

	Saldos em				Saldos em	Taxas anuais de
	01/01/2024	Adição	Amortização	Transferência	31/12/2024	amortização
Softwares	6.230	4.415	(1.873)	-	8.772	
Custo de aquisição	7.258	4.415	-	-	11.673	
(-) Amortização	(1.028)	-	(1.873)	-	(2.901)	20%
Marcas e patentes	92	-	-	-	92	
Direito de uso (i)	3.648	5.500	(611)	-	8.537	Nota (i)
Intangível em formação (ii)	269	-	-	-	269	
Total	10.239	9.915	(2.484)	-	17.670	

	Saldos em				Saldos em	Taxas anuais de
	01/01/2023	Adição	Amortização	Transferência	31/12/2023	amortização
Softwares	1.747	1.904	(897)	3.476	6.230	
Custo de aquisição	1.878	1.904	-	3.476	7.258	
(-) Amortização	(131)	-	(897)	-	(1.028)	20%
Marcas e patentes	92	-	-	-	92	
Direito de uso (i)	1.097	2.770	(219)	-	3.648	Nota (i)
Intangível em formação (ii)	2.396	1.349	-	(3.476)	269	
Total	5.332	6.023	(1.116)	-	10.239	

(i) Refere-se ao direito de exclusividade na comercialização dos produtos de seguros da Companhia, por meio de um canal de parceria, sendo amortizado ao longo da vigência dos contratos, a partir do início das vendas. Até dezembro de 2023, os contratos tinham vigência de 7 anos (84 meses) ou 10 anos (120 meses). Em 2024, foi firmado um aditivo contratual no valor de R\$ 11.500, que inclui a ampliação da comercialização nos canais físicos e online, aceleração das vendas e a manutenção do equilíbrio contratual, condicionado ao cumprimento das metas estabelecidas, além da extensão do prazo total de exclusividade de 7 para 10 anos (120 meses). No mesmo ano, foi desembolsado o montante de R\$ 5.500.

(ii) Em 2023, a Companhia concluiu ativação do novo sistema operacional ERP que iniciou em 2021, referente ao *Run-off* e novos produtos, no valor de R\$ 3.476. Os demais gastos controlados como intangível em formação serão transferidos quando os bens estiverem disponíveis para uso dando início a amortização.

21. Obrigações a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	513	2.500
Dividendos a pagar	445	7.348
Participações nos lucros a pagar	409	316
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	237	277
Outras contas a pagar	480	98
Passivo Circulante	2.084	10.539
Incentivo de longo prazo - ILP	862	-
Passivo Não Circulante	862	-
Total	2.946	10.539

22. Tributos diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda s/imóveis - reavaliação	901	1.186
CSLL s/imóveis - reavaliação	540	712
Imposto de renda s/investimento exterior	-	65
CSLL s/investimento exterior	-	39
Imposto de renda s/ações	-	209
CSLL s/ações	-	125
Passivo Não Circulante	1.441	2.336

As provisões constituídas no período referem-se aos efeitos tributários futuros relativos à realização da reserva de reavaliação de terrenos/edificações (em 2006).

23. Provisões judiciais

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões fiscais	90.179	85.477
PIS	20.304	19.311
COFINS	69.662	65.964
Foro	213	202
Provisões cíveis	364	302
Provisões trabalhistas	235	200
Passivo Não Circulante	90.778	85.979

a) Mapa de movimentações

	Provisões Judiciais					Depósitos Judiciais	
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualização monetária	Baixas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
(i) Tributários	85.477	966	3.736	-	90.179	85.406	90.094
PIS	19.311	135	858	-	20.304	19.301	20.292
COFINS	65.964	831	2.867	-	69.662	65.903	69.589
FORO	202	-	11	-	213	202	213
(ii) Trabalhistas	201	42	23	(31)	235	117	100
(iii) Cíveis	301	36	46	(19)	364	-	-
Total	85.979	1.044	3.805	(50)	90.778	85.523	90.194

(i) Fiscais

- **PIS:** A cobrança da contribuição ao PIS está sendo discutida em quatro ações judiciais. Uma delas busca isenção com base na Medida Provisória nº 517/94 à Emenda Constitucional nº 1/94, já com desfecho desfavorável à Companhia. Em paralelo, ocorreu um processo administrativo discutindo parte das contribuições depositadas em juízo nessa ação judicial, com decisão favorável e retorno do processo à vara de origem. A Companhia pleiteou o levantamento de parte do montante depositado, pedido ainda não apreciado pelo juiz competente, com possibilidade de desfecho desfavorável. Mandados de segurança foram impetrados para contestar a cobrança do PIS em períodos específicos, citando não observância de princípios de irretroatividade e anterioridade nas Emendas Constitucionais nos 10/96 e 10/97. Outros mandados de segurança foram impetrados para contestar a cobrança do PIS em períodos específicos com base em prazo de decadência e questionando a incidência de PIS sobre receitas decorrentes de ativos garantidores de reservas técnicas.
- **COFINS:** A cobrança da COFINS está sendo discutida em duas ações judiciais. A maior parte do valor está sendo discutida em um Mandado de Segurança, no qual a Companhia defende o direito de não recolher a COFINS, argumentando que o alargamento da base de cálculo previsto na Lei nº 9.718/98 é inconstitucional. A expectativa de perda é considerada "possível" para uma parte do valor discutido relacionado à COFINS incidente sobre receitas de prêmios de seguros depositada judicialmente. Outra parte diz respeito à COFINS sobre outras receitas, como receitas financeiras e de aluguéis, com valores depositados em juízo totalizando aproximadamente R\$ 19.886 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 19.208 em 31/12/2023). Embora haja decisão judicial transitada em julgado a favor da Companhia, houve resistência da Fazenda Nacional ao levantamento dos valores. O Juízo de Primeiro Grau determinou perícia contábil, tornando a questão controvertida, com risco "possível" de perda.

(ii) Trabalhistas

A Companhia tem ações judiciais de naturezas trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados por nossos assessores legais como prováveis, no valor de R\$ 235 (R\$ 201, em 31/12/2023), que decorrem basicamente de cobrança de horas extras e pagamento de plano de saúde vitalício.

(iii) Cíveis

As provisões cíveis referem-se às reclamações judiciais relacionadas a sinistros ocorridos fora da vigência das apólices, sinistros liquidados administrativamente e posteriormente reclamados na justiça, bem como sinistros envolvendo veículos não segurados.

Passivos Contingentes não provisionados

A Companhia possui ações judiciais de natureza cível, com risco de perda classificado como possível, conforme avaliação da Companhia e de seus assessores legais. Para esses processos, no montante de R\$ 534 em 31/12/2024 (R\$ 1.098 em 31/12/2023), não há provisão constituída.

Adicionalmente, há um processo administrativo fiscal em andamento, que discute a cobrança da CSLL no valor de R\$ 4.353 (R\$ 4.150 em 31/12/2023), com as chances de perda avaliadas como possíveis pelos assessores jurídicos responsáveis pela causa.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

24. Provisões técnicas

(i) Saldos

	31/12/2024				31/12/2023			
	Danos	Pessoas	Vida		Danos	Pessoas	Vida	
Provisões técnicas - seguros			Individual	Total			Individual	Total
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	17.829	745	11	18.585	6.360	55	1	6.416
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG-RVNE	59	186	-	245	25	4	-	29
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	75.958	6.819	-	82.777	93.664	7.065	-	100.729
Direto	52.682	6.886	-	59.568	70.426	7.045	-	77.471
Cosseguros aceitos	23.828	18	-	23.846	23.701	100	-	23.801
Recuperações de cosseguros cedidos	(1.207)	(85)	-	(1.292)	(1.118)	(80)	-	(1.198)
Retrocessões	655	-	-	655	655	-	-	655
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	38	1.381	-	1.419	13	359	-	372
Provisão de despesas relacionadas - PDR	2.912	457	-	3.369	2.883	607	-	3.490
Direto	2.736	452	-	3.188	2.570	602	-	3.172
Cosseguros aceitos	176	5	-	181	313	5	-	318
Provisão complementar de cobertura	-	1.527	-	1.527	-	2.398	-	2.398
Total	96.796	11.115	11	107.922	102.945	10.488	1	113.434
Circulante	26.336	3.726	11	30.073	16.968	1.913	1	18.882
Não Circulante	70.460	7.389	-	77.849	85.977	8.575	-	94.552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

(ii) Movimentos

Provisões técnicas - seguros	Saldo em	Constituição/		Saldo em	Constituição/		Saldo em
	01/01/2023	(Reversão) e encargos	Liquidação	31/12/2023	(Reversão) e encargos	Liquidação	31/12/2024
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	-	6.416	-	6.416	12.169	-	18.585
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG-RVNE		29	-	29	216	-	245
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	99.942	7.024	(6.237)	100.729	(10.207)	(7.745)	82.777
Direto	78.269	4.628	(5.426)	77.471	(12.222)	(5.681)	59.568
Cosseguros aceitos	22.027	1.783	(9)	23.801	1.962	(1.917)	23.846
Recuperações de cosseguros cedidos	(1.208)	10	-	(1.198)	(95)	1	(1.292)
Retrocessões	854	603	(802)	655	148	(148)	655
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	201	171	-	372	1.047	-	1.419
Provisão de despesas relacionadas - PDR	3.716	16	(242)	3.490	230	(351)	3.369
Direto	3.418	(8)	(238)	3.172	275	(259)	3.188
Cosseguros aceitos	298	24	(4)	318	(45)	(92)	181
Provisão complementar de cobertura	2.107	291	-	2.398	(871)	-	1.527
Total	105.966	13.947	(6.479)	113.434	2.584	(8.096)	107.922

(iii) Análise de sensibilidade - seguros

A Companhia realizou uma análise de sensibilidade para avaliar o impacto de variações nos parâmetros de sinistros sobre suas provisões e resultados. Foram simuladas elevação e diminuição de 5% na sinistralidade da empresa, mensurando-se o impacto direto nos resultados apresentados. A premissa adotada revelou-se adequada e suficiente para cobrir as oscilações. Os resultados indicaram que um aumento de 5% na sinistralidade geraria um acréscimo de 1,8% nas provisões.

Esses números refletem que, considerando os níveis de estresse simulados, o impacto nas provisões foi limitado e dentro de margens controláveis. A Companhia mantém monitoramento constante para assegurar a adequação das provisões e a gestão eficaz dos riscos, alinhados às melhores práticas do mercado e às demandas dos clientes.

Coberturas de Risco		Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido			
		31/12/2024		31/12/2023	
Variável	Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Sinistralidade	Aumento de 5% na sinistralidade	(195)	(112)	(111)	(110)
Sinistralidade	Redução de 5% na sinistralidade	195	112	107	106

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024, é representado por 3.839.316 ações ordinárias nominativas e 3.839.316 (3.840.000, em 31/12/2023) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Em 28 de março de 2024, foi realizada Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para aprovação do Aumento de Capital Social, no valor de R\$ 43.951, por meio da capitalização de parte do saldo registrado na conta de reserva de lucros. Em 02 de setembro de 2024, por meio da Portaria SUSEP/CGRAJ nº 2.182, a SUSEP aprovou o referido aumento, elevando o capital social para R\$ 143.951, correspondente a 7.678.632 ações.

De acordo com o estatuto social, as ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam do direito à distribuição de um dividendo 10% (dez por cento) superior àquele atribuído às ações ordinárias.

b) Reservas de reavaliação

▪ Ativos próprios

Corresponde a reavaliação de imóveis anterior à Lei nº 11.638/2007, aprovada pela SUSEP, contabilizada pelo valor líquido dos efeitos tributários sobre a parcela não realizada de terrenos e edificações, tendo a Companhia optado por não estorná-la, consoante faculdade prevista na referida Lei.

A realização desta reserva, decorrente da depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados, é registrada na conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos tributários, cujo valor integra a base de cálculo do dividendo.

▪ **Ativos de investida**

Reflexo da reavaliação de imóveis da investida Aliança Participações anterior à Lei nº 11.638/2007, de acordo com o percentual de participação do investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

c) **Reserva legal**

Em 31 de dezembro de 2024 foi constituída reserva legal de R\$ 1.608 com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o valor atinja 20% do capital social, consoante disposições legais e estatutárias.

d) **Outras reservas de lucros**

Refere-se à parcela de retenção de lucros, conforme proposta de orçamento de capital, dos exercícios de 2019 a 2023, aprovada pelas AGO de cada exercício. Neste exercício foi constituída a reserva de lucros, conforme proposta de orçamento de capital.

e) **Reserva de lucros a realizar**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu a parcela de lucro a realizar no valor de R\$ 8.324, referente aos dividendos mínimos obrigatórios, uma vez que a parcela não realizada supera a base de cálculo dos dividendos. O montante de equivalência patrimonial não realizado financeiramente totaliza R\$ 23.618, sendo R\$ 18.972 da Brasilcap e R\$ 4.646 da Aliança Participações.

f) **Ajustes de avaliação patrimonial (Outros resultados abrangentes)**

Refere-se à diferença entre o valor de mercado e o custo de aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda pela Companhia e pela investida Brasilcap. A realização desse saldo ocorrerá por meio da sua transferência para o resultado, à medida que os títulos forem vendidos, líquidos dos efeitos tributários. Inclui, ainda, ajustes acumulados de conversão de investimentos societários no exterior, líquidos dos efeitos tributários, que serão realizados quando os recursos forem transferidos para a Companhia.

g) **Dividendos**

Conforme disposição estatutária é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado consoante legislação em vigor, com acréscimo de 10% para as ações preferenciais em observância à Lei nº 9.457/97, provisionado no final do exercício. O dividendo adicional proposto acima do mínimo é segregado como dividendo adicional no patrimônio líquido, a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	32.151	24.819
Dividendos prescritos	491	288
Realização da reserva de reavaliação (líquida de tributos)	1.177	466
Resultados realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	1.085	-
Resultado do exercício ajustado	34.904	25.573
Constituição da reserva legal (5%)	(1.608)	-
Base de cálculo	33.296	25.573
25% da base de cálculo	8.324	6.393
Lucro a realizar (Brasilcap)	33.333	-
Parcela realizada do resultado do exercício	-	25.573
Parcela a ser destinada à constituição da reserva de lucros a realizar	8.324	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	6.393
Percentual de distribuição		25,00%
Por ação ordinária - R\$		0,602330586
Por ação preferencial - R\$		0,662563644

26. Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de administrar as disponibilidades financeiras de suas operações.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos financeiros como observância a classificação de rating de instituições financeiras, existência de contrato de gestão de carteira com instituição consolidada, aplicação de recursos em ativos exclusivamente para seguradoras e rotinas de acompanhamento e controle de rentabilidades e demais indicadores financeiros que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio. O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 equivale ao seu valor de mercado, considerando-se taxa de juros correntes para operações similares e de vencimentos comparáveis.

A ALBA Seguradora considera que não existem riscos relevantes em relação a: (1) créditos, uma vez que estes estão associados a operações canceláveis, caso não sejam liquidados nos termos contratados; e (2) risco de perdas com sinistros ocorridos, visto que os valores segurados estão sempre dentro dos limites operacionais determinados pelas normas da SUSEP.

A Companhia não opera com instrumentos derivativos, não existindo saldos desta natureza em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

27. Garantias obrigatórias das provisões técnicas de seguros

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de sinistros a liquidar	82.777	100.729
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	1.419	372
Provisão de despesas relacionadas - PDR	3.369	3.490
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	1.527	2.398
Provisão de prêmios não ganhos	18.830	6.445
Total das provisões técnicas	107.922	113.434
(-) Depósitos judiciais-Sinistros	(4.694)	(3.874)
(-) Ativos de resseguros - provisões técnicas	(57.200)	(72.454)
(-) Direitos creditórios (i)	(6.113)	(519)
(-) Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG - pagos	(6.115)	(3.555)
(-) Ativos de resseguros redutores de PPNG	(36)	(12)
Outros Ajustes	(74.158)	(80.402)
Valor a Garantir	33.764	33.032
Bens Garantidores		
Títulos de renda variável	-	2.658
Quotas de fundos especialmente constituídos - públicos	38.712	22.240
Quotas de outros fundos de investimentos	5.116	14.720
	43.828	39.618

(i) Correspondem ao montante de prêmios a receber, referente às parcelas não vencidas, na proporção dos prazos dos riscos a decorrer, considerando cada parcela, na data-base de cálculo.

28. Remuneração a administradores

A remuneração a administradores inclui os honorários do conselho de administração e diretoria, incluindo encargos e benefícios, cujo montante no período foi de R\$ 5.481 (R\$ 5.185, em 31/12/2023).

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a colaboradores ou a pessoas chave da Administração com base em ações.

29. Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	31.693	24.707
Alíquota vigente	40%	40%
Cálculo do Imposto de renda e contribuição social	(12.677)	(9.883)
Efeitos do IRPJ e da CSLL sobre:		
Ajustes permanentes	16.530	17.006
Resultado de participações societárias	18.111	17.559
Lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição	14	31
Despesas não necessárias	(963)	(23)
Realização na venda das ações (VJORA)	(455)	-
Outros efeitos	(177)	(561)
Ajustes temporários - sem constituição de diferido	(195)	(66)
Prejuízo fiscal do exercício corrente - diferido não constituído	(3.004)	(6.829)
Efeito do IRPJ e da CSLL antes da compensação de exercícios anteriores - 30%	654	228
Compensação de exercícios anteriores - 30%	(196)	(68)
Outros ajustes	-	(48)
Efeito do IRPJ e da CSLL no resultado	458	112
Composição do imposto de renda e da contribuição social após compensação:		
Realização de reserva de reavaliação - com diferido constituído	458	160
Outros ajustes	-	(48)
Efeito do IRPJ e da CSLL no resultado	458	112

Os valores referentes ao Imposto de Renda e à Contribuição Social, constantes da demonstração do resultado de 2024 e 2023, estão influenciados dos efeitos tributários sobre a realização da reserva de reavaliação, realização do diferimento sobre venda de imóveis e realização de oscilação cambial de participação societária no exterior.

30. Seguros

A Companhia adota política de manutenção de seguros dos seus bens em níveis adequados para os riscos envolvidos e para cobertura de riscos inerentes aos diretores.

31. Principais segmentos de operações de seguros (Brutos de resseguro)

Devido ao início de suas atividades se darem efetivamente em 2023, todos os segmentos obtiveram crescimentos nos prêmios ganhos e custo de aquisição.

2024	Prêmios ganhos	Custos de aquisição	Sinistros	Prêmio de resseguro cedido	Recuperação de sinistros (resseguro)	Resultado
Vida em grupo	11.616	(3.535)	(4.260)	(4.597)	3.584	2.808
Acidentes pessoais - individual	8.632	(5.609)	(72)	4	(8)	2.947
Garantia estendida	4.223	(2.585)	(561)	-	-	1.077
Riscos diversos	1.326	(327)	(406)	(818)	399	174
Acidentes pessoais - coletivo	1.312	(472)	(537)	(518)	365	150
Compreensivo empresarial	218	(59)	(102)	(127)	92	22
Seguro benfeitorias produtos agropecuários	57	(15)	-	(32)	-	10
Outros produtos	196	(65)	(16)	(71)	14	58
Efeito PSL <i>run-off</i> *	-	-	21.416	-	(18.269)	3.147
Total	27.580	(12.667)	15.462	(6.159)	(13.823)	10.393

2023	Prêmios ganhos	Custos de aquisição	Sinistros	Prêmio de resseguro cedido	Recuperação de sinistros (resseguro)	Resultado
Vida em grupo	1.755	(655)	(398)	(967)	344	79
Acidentes pessoais - individual	634	(416)	(92)	(64)	8	70
Garantia estendida	748	(456)	(105)	-	-	187
Acidentes pessoais - coletivo	186	(60)	(72)	(69)	12	(3)
Compreensivo empresarial	4	(1)	-	(2)	-	1
Outros produtos	19	(5)	(4)	(9)	1	2
Efeito PSL <i>run-off</i> *	-	-	95	-	170	265
Total	3.346	(1.593)	(576)	(1.111)	535	601

* Efeito dos sinistros *run-off*, entre novas estimativas, reavaliações e acordos relacionados aos sinistros judiciais, decorrente as operações contratadas até 2010, não existem prêmios e custo de aquisição. Em 2024, após avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi identificado que um sinistro judicial, já em fase de cumprimento de sentença no ramo 0351- Responsabilidade Cível Geral, com cobertura de RC Empregador, apresentava um saldo de PSL a ser pago superior ao valor constituído. Diante disso, com base na análise do Jurídico, foi realizado um ajuste, reduzindo a Reserva de PSL em R\$ 20.277 e a parte do ressegurador em R\$ 18.506.

(i) Percentual sobre prêmios ganhos

2024	Comissionamento	Sinistralidade	Prêmio de resseguro cedido	Recuperação de sinistros (resseguro)
Vida em grupo	-30,4%	-36,7%	-39,6%	30,9%
Acidentes pessoais - individual	-65,0%	-0,8%	0,0%	-0,1%
Garantia estendida	-61,2%	-13,3%	0,0%	0,0%
Riscos diversos	-24,7%	-30,6%	-61,7%	30,1%
Acidentes pessoais - coletivo	-36,0%	-40,9%	-39,5%	27,8%
Compreensivo empresarial	-27,1%	-46,8%	-58,3%	42,2%
Seguro benfeitorias produtos agropecuários	-26,3%	0,0%	-56,1%	0,0%
Outros produtos	-33,2%	-8,2%	-36,2%	7,1%
Total	-45,9%	-21,6%	-22,3%	16,1%

2023	Comissionamento	Sinistralidade	Prêmio de resseguro cedido	Recuperação de sinistros (resseguro)
Vida em grupo	-37,3%	-22,7%	-55,1%	19,6%
Acidentes pessoais - individual	-65,6%	-14,5%	-10,1%	1,3%
Garantia estendida	-61,0%	-14,0%	0,0%	0,0%
Acidentes pessoais - coletivo	-32,3%	-38,7%	-37,1%	6,5%
Compreensivo empresarial	-25,0%	0,0%	-50,0%	0,0%
Outros produtos	-26,3%	-21,1%	-47,4%	5,3%
Total	-47,6%	-20,1%	-33,2%	10,9%

32. Detalhamento de rubricas da demonstração de resultado

(i) Operação de Seguro

	31/12/2024	31/12/2023
Total de prêmios de seguros ganhos	27.580	3.346
Prêmios diretos	38.752	9.816
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	341	266
Varição das provisões técnicas de prêmios	(12.385)	(6.445)
Provisão complementar de cobertura	872	(291)
Total de sinistros ocorridos	15.462	(576)
Indenizações avisadas	16.504	(541)
Despesas com sinistros	(75)	150
Recuperação de sinistros -congêneres	29	(73)
Salvados e ressarcimentos	-	3
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(996)	(115)
Total de custo de aquisição	(12.667)	(1.593)
Comissões sobre prêmios	(16.435)	(5.487)
Custo de aquisição diferido	4.058	3.924
Outros custos de aquisição	(290)	(30)
Total de outras receitas e despesas operacionais	(833)	(1.204)
Outras receitas de seguros	493	162
Recepção e regulação - DPVAT	34	60
Outras receitas	459	102
Outras despesas de seguros	(1.326)	(1.366)
Despesas com cobrança	(43)	(30)
Reversão (constituição) da provisão para riscos de créditos	(133)	50
Outras despesas - DPVAT	(140)	(405)
Outras despesas	(1.010)	(981)
Total do resultado com resseguros	(19.982)	(576)
Receitas com resseguros	(13.823)	535
Recuperação de indenização e despesas de sinistros	(14.620)	557
Varição de IBNR	797	(22)
Despesas com resseguros	(6.159)	(1.111)
Prêmios de resseguros	(6.159)	(1.111)
Total da Operação de Seguro	9.560	(603)

(ii) Despesas Administrativa

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com Pessoal próprio	(22.479)	(16.939)
Despesas com administração	(4.858)	(4.350)
Pessoal próprio	(9.019)	(6.715)
Encargos sociais	(4.358)	(3.268)
Assistência social	(4.213)	(3.114)
Reversão de provisões trabalhistas	(31)	508
Serviços de terceiros	(8.609)	(6.550)
Localização e funcionamento	(5.137)	(4.240)
Localização e manutenção	(1.171)	(1.356)
Expediente	(216)	(233)
Comunicação	(116)	(107)
Utilização de equipamentos	(171)	(726)
Utilização de veículos e locomoção	(579)	(290)
Depreciações de bens de uso próprio e amortizações	(2.796)	(1.445)
Outras despesas	(88)	(83)
Publicidade e propaganda	(1.515)	(1.739)
Publicações	(202)	(61)
Donativos e contribuições	(135)	(87)
Participações nos lucros - empregados	(406)	(321)
Outras despesas administrativas	(178)	(149)
Total das Despesas Administrativas	(38.661)	(30.086)

(iii) Despesas com tributos

	31/12/2024	31/12/2023
Total das despesas com tributos	(1.765)	(1.279)
COFINS e PIS	(1.171)	(524)
Outros tributos	(594)	(755)

(iv) Resultado Financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	12.893	13.920
Receitas com aplicações	7.092	5.781
Receitas com outras aplicações	74	430
Resultado com venda de ações	-	2.828
Receitas atualização dos depósitos judiciais	4.012	4.412
Receitas com créditos tributários - atualização	336	94
Outras	1.379	375
Despesas financeiras	(7.251)	(6.729)
Despesas financeiras com operações de seguros	(1.943)	(1.962)
Despesas com tributos - atualização	(3.736)	(4.121)
Outras	(1.572)	(646)
Total do Resultado Financeiro	5.642	7.191

(v) Resultado Patrimonial

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas patrimoniais	44.922	44.381
Receitas com imóveis de renda	614	451
Resultado de equivalência patrimonial	44.308	43.909
Outros investimentos	-	21
Despesas patrimoniais	(3.157)	(2.203)
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	(3.157)	(2.193)
Perda por redução ao valor recuperável sobre aluguéis	-	(10)
Total do Resultado Patrimonial	41.765	42.178

(vi) Ganhos com ativos não correntes

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas relacionadas a venda	14.020	7.750
Imóveis	13.940	7.750
Veículo	80	-
Despesas relacionadas a venda	(2.197)	(444)
Custo imóveis	(1.862)	(444)
Despesas com vendas	(335)	-
Outras receitas	3.329	-
Total dos Ganhos com Ativos Não Correntes	15.152	7.306

33. Partes relacionadas

		Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Brasilcap Capitalização S.A. (a)	Coligada	246	168	-	-	-	-	516	97
Companhia de Participações Aliança da Bahia (b)	Controladora	-	-	186	-	5.390	-	1.526	136
Total		246	168	186	-	5.390	-	2.042	233

(a) Em 27 de junho de 2024 a Companhia firmou um acordo comercial com aquisição de séries fechadas de Planos de Capitalização, emitidos pela coligada Brasilcap, aprovados pela SUSEP, na modalidade de incentivo, através da promoção comercial “SORTE DOBRADA BAIANÃO”, mediante cessão a seus clientes sem quaisquer ônus, do direito de participação nos sorteios, com a venda de seguros de Acidentes Pessoais Individual (API), que estão sendo comercializados pelo parceiro varejista. Os títulos de capitalização adquiridos pela Companhia serão resgatados ao fim da carência (03 meses) considerando-se apenas a capitalização à taxa de juros iguais a 0,16% a.m, pelo valor mínimo de resgate correspondente a 49,23558%. Em dezembro de 2024, a Companhia tem um saldo de R\$ 186 a ser resgatado.

(b) Durante o exercício de 2024, a Companhia realizou as seguintes movimentações relevantes com sua Controladora:

- **Contrato de Locação e Distrato - Escritório da Sede** - Em 1º de abril de 2022, a Companhia firmou um contrato de locação para o imóvel onde funcionava seu escritório-sede. Em setembro de 2024, a Companhia realizou o distrato dessa operação, em virtude da mudança para a nova sede. A despesa com o aluguel do imóvel foi de R\$ 237 neste exercício (R\$ 136 no mesmo período de 2023);
- **Venda de Imóvel** - Em junho de 2024, a Companhia registrou uma receita proveniente da venda de um terreno para a Controladora, no valor de R\$ 5.390, com liquidação imediata; e

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

- **Cessão de Crédito** - Em dezembro de 2024, a Companhia reconheceu uma despesa financeira de R\$ 1.289, referente à cessão de crédito a receber da Controladora, originado pela venda de um terreno à construtora imobiliária. O valor original do crédito era de R\$ 8.550, sendo que a Controladora quitou o valor acordado pela cessão, no montante de R\$ 7.261.

As informações relativas aos saldos de investimentos e ao montante de equivalência patrimonial correspondentes às participações societárias na Companhia Uruguay, Brasilcap e Aliança Participações estão apresentadas na nota explicativa nº 17.

34. Demonstração do patrimônio líquido ajustado (PLA) e adequação de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitados os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido	251.748	217.248
Ajustes contábeis	(187.617)	(175.261)
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(169.661)	(164.224)
Créditos de alienação de ativos	(100)	(725)
Despesas antecipadas	(186)	(73)
Ativos intangíveis	(17.670)	(10.239)
Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3	(16.559)	(10.350)
PLA (Total) = PL + Ajust. cont. + Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3	47.572	31.637
Capital base (CB)	8.100	8.100
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	6.871	7.063
Capital de risco de subscrição	2.618	1.056
Capital de risco de crédito	4.482	5.323
Capital de risco operacional	406	431
Capital de risco de mercado	730	1.790
Correlação entre os riscos	(1.365)	(1.537)
Capital mínimo requerido (CMR)	8.100	8.100
Solvência= Razão entre PLA e CMR - %	587%	391%
Excesso de Capital - R\$ mil	39.472	23.537

Em 31 de dezembro 2024, a Companhia apresenta uma situação adequada no cumprimento do indicador regulatório de Solvência medido entre a relação de PLA (Patrimônio Líquido Ajustado) e CMR (Capital Mínimo Requerido).

35. Capital mínimo requerido

A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 dispõe sobre as regras de definição para o cálculo de capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades supervisionadas assim discriminadas:

- **O Capital base (CB):** objetivando a aplicação proporcional da regulação prudencial e conforme redação da Resolução do CNSP nº 388/2020 a Susep, a partir de janeiro/2021,

enquadrou a Companhia no segmento S3 que em complemento à redação da Resolução 432/2021 definiu nova parcela fixa e novas parcelas variáveis para o capital base. Assim, o novo capital base de R\$ 8.100 é o montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, conforme disposto no anexo XXIII da citada Resolução CNSP 432/2021;

- **O Capital de risco (CR):** montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação, conforme disposto no anexo XXVI da referida Resolução, envolvendo riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado.
 - ✓ O risco de subscrição considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para calcular prêmios e provisões técnicas, decorrentes das operações da seguradora. A Companhia adota o modelo padrão regulatório para o cálculo do risco de subscrição;
 - ✓ O risco de crédito considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte quanto às obrigações financeiras. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de crédito;
 - ✓ O risco operacional considera a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos da Companhia, incluindo-se a possibilidade de perdas decorrentes de decisão ou sentença desfavorável em processos administrativos ou judiciais. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco operacional;
 - ✓ O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas derivadas de oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira com impacto na avaliação econômica de ativos e passivos. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de mercado.
- **Capital Mínimo Requerido (CMR):** capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo o equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco;
- **Liquidez de cobertura das provisões técnicas:** situação caracterizada quando a sociedade supervisionada apresentar montante de ativos líquidos de renda fixa, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, suficientes para a cobertura das provisões técnicas.

O patrimônio líquido ajustado (Resolução CNSP 432, de 12 de novembro de 2021) será utilizado para a verificação de suficiência em relação ao capital mínimo requerido e para apuração do limite de retenção.

36. Ativos excedentes a necessidade de cobertura das provisões técnicas

	31/12/2024	31/12/2023
Necessidade de cobertura das provisões técnicas	33.764	33.020
Ativos disponíveis para garantia		
Quotas de fundos especialmente constituídos - públicos	55.303	31.771
Quotas de outros fundos de investimentos	7.309	21.028
Ações	-	2.658
Total de Ativos	62.612	55.457
Ativos Excedentes	28.848	22.437

37. Desenvolvimento de sinistros

As tabelas de desenvolvimento de sinistros refletem as estimativas das indenizações dos sinistros incorridos por ano, deduzidas das indenizações pagas, cujo saldo demonstra a composição das pendências de sinistros a liquidar por ano incorrido, na data das informações intermediárias. A provisão, em sua maioria em "run-off", varia conforme informações mais precisas que vão sendo obtidas, por meio extrajudiciais ou judiciais. As tabelas contemplam as operações de seguros direto e de cosseguro aceito, classificadas em sinistros administrativos e judiciais, e apresentam valores brutos (antes do resseguro e deduzindo congêneres) e valores líquidos de resseguros (nossa parte). Não estão incluídas as movimentações e saldos do DPVAT e as provisões de IBNER, PDR e Retrocessões.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

a) Desenvolvimento de sinistros - administrativo (bruto menos congêneres) Data-base: dezembro de 2024

TRIÂNGULO DE VALORES												
BRUTO DE RESSEGURO												
Montante de sinistros estimados	Ano de aviso do sinistro											
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
No ano do aviso	4.858	38	15	397	37	112	1	102	6	31	-	2.426
Um ano após o aviso	5.131	42	15	410	38	116	1	113	7	31	-	-
Dois anos após o aviso	6.455	45	15	17	39	120	1	120	7	31	-	-
Três anos após o aviso	7.629	46	15	18	80	8	1	126	7	-	-	-
Quatro anos após o aviso	8.444	48	15	19	89	8	1	132	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	7.675	49	16	21	94	8	1	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	7.821	52	16	22	98	8	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	8.090	57	16	23	103	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	9.121	60	16	24	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	9.544	63	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dezembro anos após o aviso	9.984	66	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Onze anos após o aviso	10.568	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativas na data-base	10.568	66	16	24	103	8	1	132	7	31	-	2.426
Pagamentos efetuados	256	-	13	-	-	3	-	-	-	27	-	1.191
Provisão sinistro a liquidar	10.312	66	3	24	103	5	1	132	7	4	-	1.235
Total provisão sinistros a liquidar	11.892											

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

b) Desenvolvimento de sinistros - judicial (bruto menos congêneres) Data-base: dezembro de 2024

TRIÂNGULO DE VALORES BRUTO DE RESSEGURO		Ano de aviso do sinistro										
Montante de sinistros estimados	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
No ano do aviso	31.822	174	63	180	373	868	570	217	5	-	-	6
Um ano após o aviso	39.456	207	73	206	583	909	654	44	6	-	1	-
Dois anos após o aviso	51.038	154	81	658	639	1.042	820	51	6	-	-	-
Tres anos após o aviso	57.343	286	90	743	706	1.258	899	58	7	-	-	-
Quatro anos após o aviso	64.544	316	99	842	825	1.442	976	66	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	71.233	346	121	1.006	919	1.625	1.061	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	76.135	408	129	1.143	1.010	1.825	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	84.442	477	137	1.278	1.109	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	93.973	383	146	1.426	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	101.347	421	155	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	109.881	464	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Onze anos após o aviso	96.248	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativas na data-base	96.248	464	155	1.426	1.109	1.825	1.061	66	7	-	1	6
Pagamentos efetuados	32.784	-	50	-	-	-	246	-	-	-	-	-
Provisão sinistro a liquidar	63.464	464	105	1.426	1.109	1.825	815	66	7	-	1	6
Total provisão sinistros a liquidar	69.288											

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

c) Desenvolvimento de sinistros - administrativo Data-base: dezembro de 2024

Montante de sinistros estimados	Ano de aviso do sinistro											
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
No ano do aviso	1.498	20	15	71	22	16	1	102	6	31	-	757
Um ano após o aviso	1.618	23	15	73	23	16	1	113	7	31	-	-
Dois anos após o aviso	2.045	24	15	8	24	17	1	120	7	31	-	-
Tres anos após o aviso	2.429	25	15	9	48	6	1	126	7	-	-	-
Quatro anos após o aviso	2.653	26	15	9	53	6	1	132	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	2.300	27	16	10	56	6	1	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	2.301	28	16	10	59	7	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	2.348	31	16	11	62	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	2.682	33	16	12	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	2.776	34	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	2.902	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Onze anos após o aviso	3.075	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativas na data-base	3.075	36	16	12	62	7	1	132	7	31	-	757
Pagamentos efetuados	116	-	13	-	-	3	-	-	-	27	-	299
Provisão sinistro a liquidar	2.959	36	3	12	62	4	1	132	7	4	-	458
Total provisão sinistros a liquidar	3.678											

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia - Notas explicativas

d) Desenvolvimento de sinistros - judicial Data-base: dezembro de 2024

TRIÂNGULO DE VALORES LÍQUIDO DE RESSEGURO	Ano de aviso do sinistro												
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Montante de sinistros estimados													
No ano do aviso	8.887	75	33	6	373	122	246	52	1	-	-	-	6
Um ano após o aviso	10.711	90	39	7	583	132	300	44	1	-	1	-	-
Dois anos após o aviso	13.388	95	45	77	639	145	386	51	1	-	-	-	-
Tres anos após o aviso	15.486	117	50	88	706	168	422	58	1	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	17.271	129	56	99	825	186	459	66	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	19.172	142	74	119	919	203	499	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	21.459	160	75	135	1.010	222	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	23.971	187	78	151	1.109	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	26.603	194	80	169	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	28.168	213	84	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	30.340	234	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Onze anos após o aviso	30.280	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativas na data-base	30.280	234	84	169	1.109	222	499	66	1	-	1	6	6
Pagamentos efetuados	9.205	-	50	-	-	-	147	-	-	-	-	-	-
Provisão sinistro a liquidar	21.075	234	34	169	1.109	222	352	66	1	-	1	6	6
Total provisão sinistros a liquidar	23.269												

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em conformidade com o disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404/76, examinaram o Relatório da Administração, as Contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras, a Proposta de Destinação do Lucro Líquido e o Orçamento de Capital, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024. A análise foi realizada com base nos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e pelos representantes da KPMG Auditores Independentes Ltda., cujo relatório, emitido em 27/02/2025, apresentou-se sem ressalvas. Além disso, foi considerado o exame do Parecer do Auditor Atuarial Independente, emitido na mesma data pela KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda, igualmente sem ressalvas. Os membros do Conselho Fiscal examinaram, em especial, as Demonstrações Financeiras, em atendimento às normas regulamentadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Após a devida análise, aprovaram, por unanimidade, o Relatório da Administração, as Contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras, a Proposta de Destinação do Lucro Líquido e o Orçamento de Capital, todos em conformidade com as exigências da SUSEP. Por fim, opinaram, também por unanimidade, que as referidas Demonstrações Financeiras Individuais representam, de forma adequada, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2024, de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às sociedades autorizadas a operar pela SUSEP, e encontram-se em condições de serem apresentadas à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

Salvador, 27 de fevereiro de 2025

Raimundo Santos Silva

Presidente

Gilberto Braga

Conselheiro Fiscal

Sonia Lucia Nogueira da Silva

Conselheira Fiscal